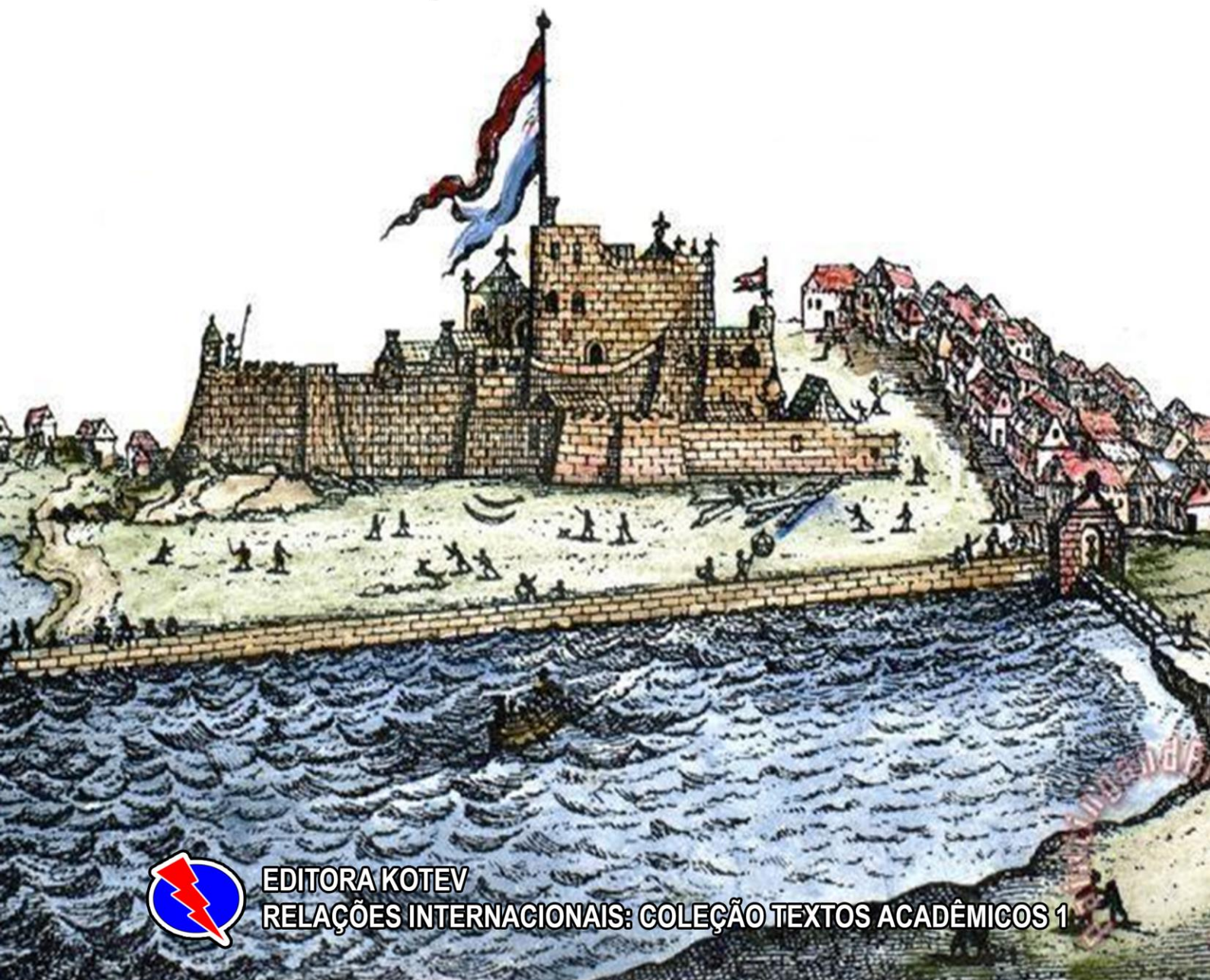


MAURÍCIO WALDMAN

ILHÉUS, FORTINS E NACOS DE TERRITÓRIO

A Persistência Espacial do Colonialismo em África



EDITORA KOTEV

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS 1

ILHÉUS, FORTINS E NACOS DE TERRITÓRIO
A Persistência Espacial do Colonialismo em África ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

**Relações Internacionais: Coleção Textos Acadêmicos 1,
Editora Kotev (©), São Paulo, 2019
ISBN: 1230003543542**

“Se os termos de um problema podem ser colocados, logo este problema possui solução”

Paráfrase de Ludwig Wittgenstein (1889-1951)

SUMÁRIO

PREÂMBULO

O Remanescente Pode Ser Persistente..... 4 - 11

CAPÍTULO I

As Ilhas Atlânticas do Reino Unido 12 - 19

CAPÍTULO II

O Indico Francês e Seus Remanescentes 20 - 29

CAPÍTULO III

As Praças de Soberania: Litígios Antigos e Novos 30 - 39

CAPÍTULO IV

Saara Ocidental: Um Novo Avatar do Colonialismo 40 - 50

CONSIDERAÇÕES FINAIS 51 - 65

BIBLIOGRAFIA..... 66 - 77

PREÂMBULO:

O REMANESCENTE PODE SER PERSISTENTE

Poucos episódios na história humana foram tão preñhes de significados quanto a descolonização da África. O continente, berço das primeiras civilizações e ambiente de origem da espécie humana, viu-se agredido durante mais de quinhentos anos pelo sistema colonial, atuação respaldada por toda sorte de atrocidades.

O primeiro impacto ocorreu durante o mercantilismo. Nesse período, a África foi esvaziada de seus habitantes, escoados através do colar de feitorias instaladas nas costas do Atlântico e do Índico. No Século XIX, com a expansão do industrialismo, o continente terminou integrado diretamente ao espaço de dominação europeu.

A ocupação do interior africano, até então livre da presença europeia, teve na Conferência de Berlim (1884/1885), um dos seus eventos mais representativos. O resultado desse processo foi o surgimento de um “continente colonial”, sendo seu epítome, a assim chamada *Partilha da África*, que contrariando difuso senso comum, ocorreu num lapso de tempo prolongado, confirmada por um corolário de acordos bilaterais e certames adentrando na segunda década do Século XX ³.

Seja como for, no início do século XX, o continente africano exhibia somente quatro nações independentes: Etiópia, Egito, Libéria e a União Sul-Africana. Mas, saliente-se que neste conjunto, somente o Império Etíope poderia ser considerado efetivamente soberano.

Na prática, o Egito e a Libéria nada mais eram do que protetorados, respectivamente do Reino Unido e dos Estados Unidos. Quanto à União Sul-Africana ⁴, embora em princípio uma nação soberana, constituía um Estado controlado pela minoria bôer ⁵. Mas solenemente, a *raison d'etre* desse país, na prática um enxerto da colonização europeia na África Austral, residia na usurpação violenta das terras imemorialmente ocupadas pelas etnias locais e na incansável exploração da maioria negra.

Contudo, esse quadro se altera num lapso relativamente rápido de tempo. Sessenta anos após a Conferência de Berlim, a descolonização do continente caminhou a largos passos. O fenômeno se explica, dentre outros motivos, pelo crescimento da reação nacionalista africana.

Esta, ciente da debilidade das antigas metrópoles por conta da II Grande Guerra, teve a sabedoria política de explorar o contexto em favor da autodeterminação nacional

dos povos africanos. Lançando mão de variado leque de estratégias, de formas pacíficas de contestação até as mais espicaçadas guerras de libertação, o continente ingressou no mapa do pós-guerra como um mosaico formado, em 2011, por pujante coleção de 55 nações independentes (Figura 1).

Sob esse prisma, uma data paradigmática reporta a 1957. Neste ano, a Colônia Britânica da Costa do Ouro (*British Colony of Gold Coast*), tornou-se, sob liderança do nacionalista Kwame Nkrumah, o primeiro país ao Sul do Saara a conquistar soberania política. O término do domínio inglês na antiga Costa do Ouro, agora rebatizada como Gana ⁶, foi seguido de copiosa torrente independentista. Em 1960 nada menos que dezessete novos Estados passaram a existir na geografia política do continente.

Outrossim, rubrique-se que este recuo do colonialismo, afoitamente definido como “pacífico” por certas historiografias, mesmo quando assim ocorreu, foi dantes pela falta de alternativa dos europeus diante das pressões em prol da soberania política autóctone do que por convencimento das justas reivindicações dos africanos.

Concretamente, onde quer que a dominação colonial tenha se assoberbado do sentimento de continuidade e em especial, da possibilidade de manter-se na posição de mando, ficou evidente uma intransigência a toda prova em abrir mão do poder, situação que induziu o nacionalismo africano a colocar em marcha a luta armada para desmantelar o colonialismo.

Foi o que aconteceu na Argélia. Nesse país, independência sobrevém em 1962 após guerra aberta contra a truculenta logística de repressão militar montada pela França. O mundo igualmente aguardou outros treze anos para que, com a derrocada final do colonial-fascismo português em África, cinco novas nações - Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe -, passassem a constar no mapa dos Estados soberanos do continente.

A independência do Zimbabwe (antiga Rodésia) tão só sobrevém em 1979 calçada numa pertinaz guerrilha africana, que terminou minando o governo racista formado pela elite colonial europeia.

Na África do Sul, o *Apartheid* resistiu o quanto pode diante de ampla mobilização política. A independência é alcançada apenas em 1990, um *interregnum* que envolveu elevado custo em vidas humanas e sacrifícios de toda ordem. Para a Namíbia (ex-Sudoeste Africano), cuja luta de emancipação política é correlata à dos sul-africanos, o ano de 1990 também marca a vitória da longa ação guerrilheira contra as forças do *Apartheid* (VISENTINI, 2012: 29-34).



FIGURA 1 - Mapa da Divisão Política da África em Dezembro de 2016

Note-se que o Saara Ocidental, é independente *de jure*, mas não *de facto*

(Peça cartográfica de Maurício Waldman©. Projeção adaptada para Peters. Escala 1: 32.812.500)

Isso posto, entenda-se que embora o movimento da descolonização da África tenha alcançado sua meta precípua, qual seja, a de libertar o continente da dominação colonial direta, seria o caso de sublinhar que o movimento de descolonização africano repetiu muitas das contradições replicadas em diversos outros contextos do finado mundo colonial, tanto na escala do tempo, quanto na do espaço.

Retenha-se que no plano histórico mundial “o processo de descolonização não teve um desenvolvimento progressivo e regular. Houve recuos, idas e vindas, súbitos renascimentos de impérios já inexistentes e os padrões de libertação variaram muito entre os diferentes impérios” (LOHBAUER, 2008: 117).

Inserida numa esteira política global, as dessimetrias não tardaram em se manifestar no solo africano. A título de exemplo, o ano icônico de 1960, entronizado em muitas análises como *Ano da África* devido à enxurrada de independências, foi também marcado pela Crise do antigo Congo Belga.

Essa autêntica tragédia materializou a *primeira guerra civil* da África independente; foi seguida do *primeiro reenvio de soldados europeus* para um continente na trilha da descolonização; consubstanciou também o *primeiro golpe de estado* a derrubar um chefe de Estado eleito numa África recém-emancipada.

Falamos de Patrice Lumumba (1925-1961), destacado líder anticolonial. Considerado um dos *Leões da África*, Lumumba foi deposto do governo apenas dez semanas após sua posse e assassinado por golpistas pró-ocidentais em Janeiro de 1961, uma das muitas ocorrências que expuseram súbitos redirecionamentos da ação política, que concatenadas a um pano de fundo internacional onde o uso da força, tem sido um dos seus mais concorridos expedientes.

Portanto, o desenrolar dos acontecimentos pôs claramente em xeque a noção de que a autodeterminação nacional seria em si mesma, a solução para os dilemas gerados pelo colonialismo. Nessa aferição, o célebre *slogan* cunhado por Kwame Nkrumah: “*Procurai primeiro o reino político e todo o restante virá por acréscimo*”, terminou alvo das mais duras provas e questionamentos (MAZRUI, 2010b: 125-126).

Seria forçoso admitir, a realidade pós-independência mostrou-se inesperadamente complexa. Acintosamente, a África configurou um terreno fértil para a progressão do chamado *neocolonialismo*, fenômeno que contribuiu para mergulhar o continente numa série de dificuldades.

Particularmente, o caráter dos investimentos e das tecnologias do mundo ocidental, acompanhados de modelos econômicos gestados fora das fronteiras do continente, desempenhou papel crucial. Sobretudo, tais premissas induziram o enquadramento das novas nações africanas como economias dependentes, exportadoras de minérios brutos, madeira e produtos agropecuários para as nações afluentes do Hemisfério Norte (ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 884; LOHBAUER, 2008: 128).

Nesse panorama, o fato do continente africano continuar a exibir territórios carentes de emancipação política ou pelo mínimo, materializando situações de litígio com as antigas metrópoles europeias, não seria nada fortuito.

Expressando uma notação que esse texto entende como merecedor de absoluta atenção, a persistência de territórios despojados de soberania política no continente africano, mesmo que pontualmente restritos, compõe um cenário mundial crivado por recidivas disputas pela hegemonia, dentre estas, as voltadas para o controle dos corredores marítimos e das grandes bacias oceânicas.

Nesta via de apreensão, tendo por recorte basilar o incremento comercial, utilização dos recursos marítimos e abrangência geopolítica, a compartimentação das massas oceânicas sugere uma divisão em cinco bacias: Atlântico Norte, Atlântico Sul, Pacífico Norte, Pacífico Sul e Índico, três das quais interessam diretamente à África: as do Atlântico Norte, Atlântico Sul e a do Índico.

A essas três grandes Bacias, seria imprescindível agregar o Mar Mediterrâneo (cuja linha de costa meridional é africana) e o Mar Vermelho (cuja orla ocidental pertence ao continente), cujas águas colocam o Atlântico e o Índico em contato e dão vida a múltiplos relacionamentos no espectro regional.

Adicionalmente, não seria demasiado registrar que a África, em razão de pujantes recursos naturais, é um ator cada vez mais influente na economia global (WALDMAN, 2012). Desta forma, o continente insere-se em fluxos em que, em paralelo a possíveis benesses advindas da globalização, não estão excluídos candentes descompassos econômicos e disputas de interesse entre as nações ⁷.

Assim sendo, os diferentes casos de persistência dominial com mote colonialista, merecem avaliação específica tanto por reportarem a um *status* que contraria uma visão absolutizante da descolonização do continente, quanto pelas ilações envolvidas na vertente do jogo diplomático e geopolítico internacional.

Na realidade, a importância desse tema (em parte obscurecido por ser referenciado pelo que algumas vozes definem brandamente como “possessões residuais” e/ou “reliquias do colonialismo”), se reveste de implicações bem mais profundas do que a simples dimensão territorial poderia sugerir. Isso porque nomeadamente, na ótica das relações mantidas pelos Estados com o espaço, nenhuma fração de território pode ser julgada desprezível ⁸.

Assim, tendo em vista a preocupação em esmiuçar a temática, segue com o apoio de mapa temático do continente (Figura 2), elenco prévio de espaços que substantivam reminiscências e/ou contextos gravados, em maior ou menor grau, pela tutela de potências estrangeiras, ordem de entendimento na qual podemos identificar cinco territórios:

No Atlântico Central:

➤ O Território Ultramarino Britânico, *British Overseas Territory* (BOT) das Ilhas de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha e Gough ⁹.

No Índico Sul-Occidental:

➤ Os Departamentos Ultramarinos da República Francesa, *Départements d'Outre-Mer* (DOM) das Ilhas de Mayotte e Reunião ¹⁰.

➤ O Território Francês das Ilhas Esparsas do Índico, *Îles Éparses de l'Océan Indien*, composto pelo atol Bassas da Índia, ilha Juan de Nova, Arquipélago das Gloriosas e o Banco Geyser, situadas no Canal de Moçambique. A esse grupo se agrega a Ilhota de Tromelin, localizada a Nordeste de Madagascar.

No Magreb Norte-Occidental:

➤ As Praças de Soberania, *Plazas de Soberania*, uma série de bastiões, enclaves e proeminências litorâneas sob dominação da Espanha na costa Norte do Marrocos;

➤ O Saara Ocidental ou África Ocidental Espanhola, que reunindo as comarcas de *Saguia-al-Hamra* e *Rio de Oro*, formava até 1975 uma colônia espanhola, ocupada posteriormente pelo Marrocos.

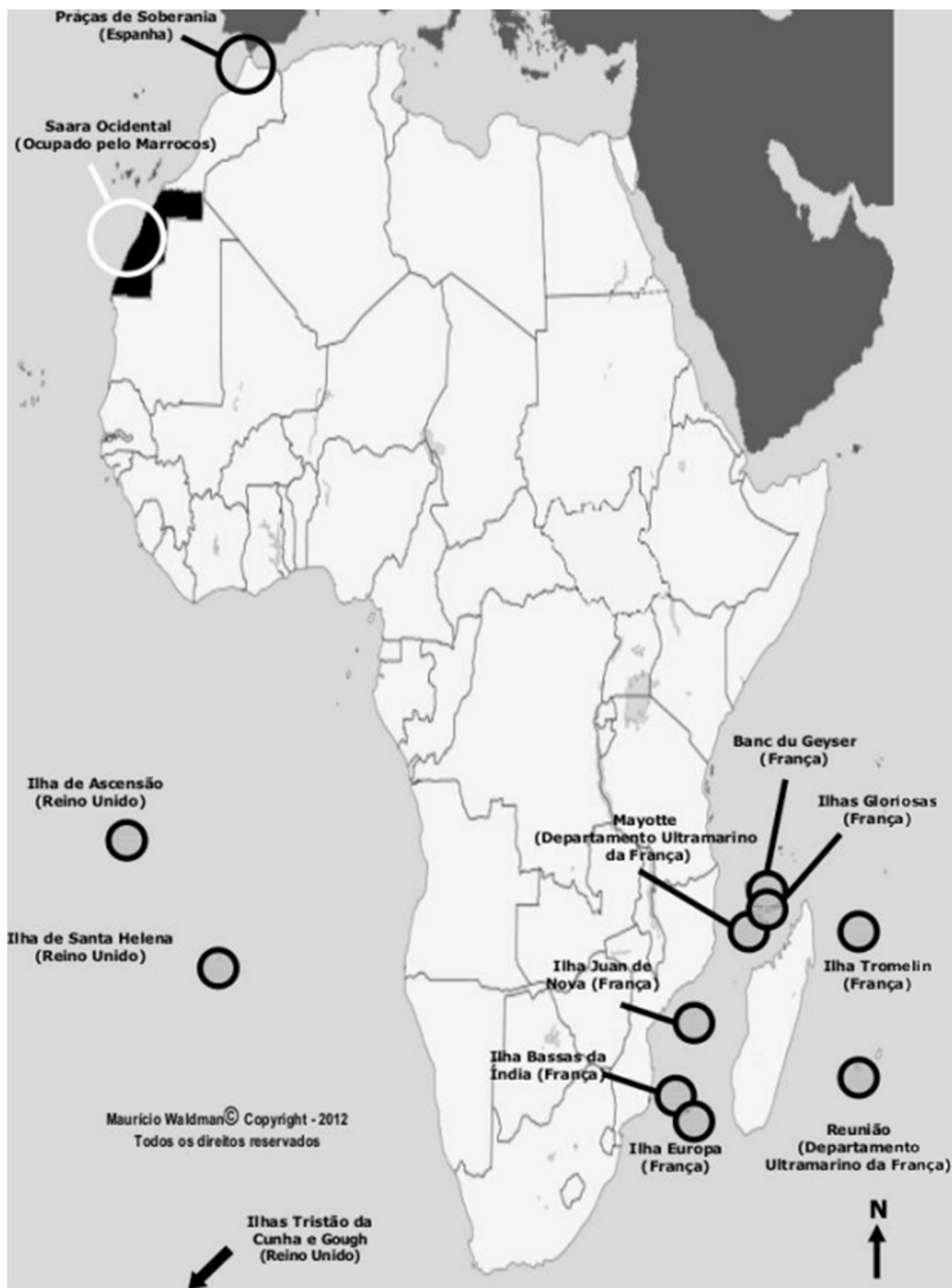


FIGURA 2 - Mapa dos litígios territoriais em África
 (Peça cartográfica de Maurício Waldman ©. Projeção adaptada para Peters. Escala 1: 32.812.500)

Como poderá ser aquilatado, este grupo dispare de espaços, *pari passu* à condição comum de não serem agraciados por soberania política, expressam igualmente, cada um a seu modo, as inflexões da ordem global, princípio que explica e pavimenta um *status* político de subordinação política que grosso modo, infere de igual modo uma condicionalidade relativamente à qual, o continente não tem como manter-se alheio.

Tampouco os que seguem com merecida atenção, os rumos fastos e nefastos da ordem global.

I. AS ILHAS ATLÂNTICAS DO REINO UNIDO

Acatando a ordem de exposição consignada no Preâmbulo, iniciaremos a narrativa tendo por foco as ilhas sob controle britânico no Atlântico Sul, o *British Overseas Territory* (BOT), composto pelos Ilhéus de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha e Gough (Figura 3).

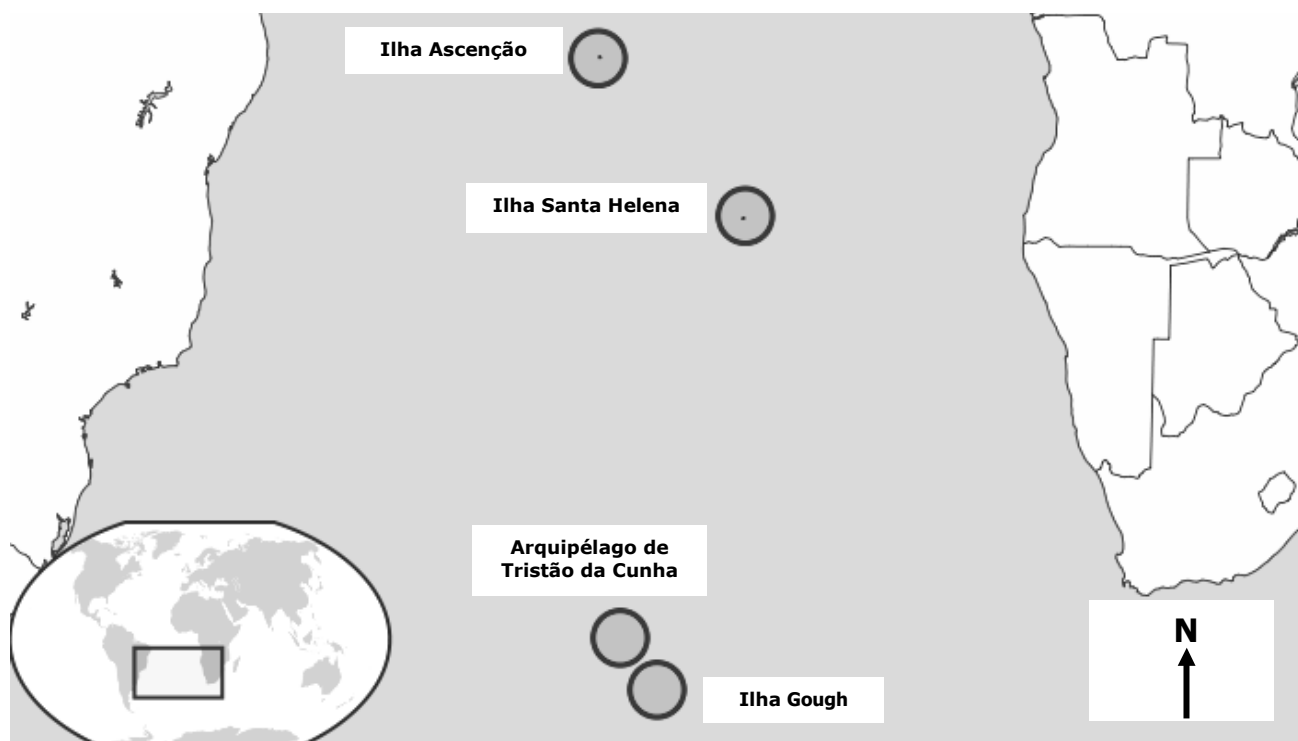


FIGURA 3 - Mapa dos arquipélagos do *British Overseas Territory* (BOT) do Atlântico Sul
(Fonte: < [Saint Helena Ascension and Tristan da Cunha in its region.svg|thumb|180px|.Legenda](#) >, adaptado e masterizado para a edição de 2019. Escala 1: 40.333.000. Acesso: 22-03-2012)

Nesse sentido, um dado que se impõe é a diminuta extensão desses arremedos de terras emersas. Com efeito, a superfície dos quatro territórios soma 420 km². A Santa Helena correspondem 122 km²; quanto à Ascensão, a área ronda 91 km²; A superfície de Tristão da Cunha alcança 113 km² e por fim, Gough ¹¹, com somente 68 km². No mais, junto com os penedos e afloramentos alteados nas imediações destas duas últimas ilhas, temos outros 26 km².

Diminutas e carentes de capital natural, tais ilhotas não são, sob nenhum aspecto, atrativas para o assentamento de humanos. Cinco séculos após serem engolfadas pelas vagas da expansão ocidental, no total, a população do BOT do Atlântico Sul não ultrapassa 5.700 almas, e mesmo assim, apinhadas em alguns poucos lugarejos.

Um aspecto matricial é que geograficamente, nenhuma destas possessões mantém intimidade orgânica com o continente vizinho. Aliás, geofisicamente estas ilhas não se vinculam à África ou a qualquer outro continente. Num prisma geomorfológico, correspondem a picos vulcânicos da cadeia submarina da Dorsal Atlântica, que após milhões de anos de irrupções ininterruptas, emergiram do topo das águas oceânicas energizadas pela ação da tectônica de placas.

No que configura uma peculiaridade encontrada em muitas das ilhas oceânicas, estes arquipélagos estavam desabitados quando abordados pelos navegantes europeus. E isso sem contar que ilhas como Gough continuam despovoadas. Embora exista uma noção de pertencimento do povo dos ilhéus das possessões britânicas desta parte do Atlântico, que se autodenominam como *Saints*, os laços com o Reino Unido são ainda hoje, bastante sólidos.

Isso ocorre porque estes arquipélagos vivenciaram uma história diferente daquela que marcou, por exemplo, as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Nestes dois arquipélagos, também despovoados quando das grandes navegações, se formaram sociedades forjadas na mestiçagem entre os colonizadores europeus e etnias trazidas de diversas partes da África, ao que se somaram trocas culturais permanentes com o continente. Daí a fisionomia mestiça, *contudo africana*, das sociedades e das culturas cabo-verdiana e são-tomense (Cf. WALDMAN *et alli*, 2007: 42).

Nesta contextualização, condiz registrar que em Santa Helena a escravidão observou certa relevância. Entretempos, com o declínio do tráfico negreiro no Século XIX, fluxo significativo de ex-escravos abandonou a ilha. Até certo ponto, este deslocamento foi espontâneo. Mas também induzido por uma política oficial de esvaziar o território de não-brancos. Sendo assim, grupos outrora numerosos, tais como chineses e hindus, foram recambiados em massa para seus países de origem ou para a África do Sul.

Destarte, traços indelévels da história e da geografia impregnam o tecido étnico da ilha, com os afrodescendentes persistindo como o segmento mais numeroso (50%), seguidos de *saints* com ascendência chinesa (25%) e europeia (25%).

De qualquer modo o predomínio cultural e religioso dos colonizadores é inegável (a maioria dos *saints* professa o cristianismo, especialmente a denominação anglicana). Nessas ilhas sob tutela de Londres, não se faz presente uma cultura propriamente *crioula*, com enraizamento africano. Cabalmente, os vínculos com o continente são nebulosos e no dia a dia, a metrópole se mantém como referência básica.

Para tanto concorre o custeio do orçamento das ilhas, que historicamente foi quase sempre subsidiado por Sua Majestade. E assim permanece: na primeira década do século XXI, dois terços dos gastos governamentais são lastreados pela Grã-Bretanha. Essa dependência reforça não só a lealdade política dos Saints para com o Reino Unido, mas em paralelo, os vínculos com os valores culturais, sociais e religiosos britânicos: *Pecuniae obediunt omnia*.

Nessa acepção, um dado que contribui para explicar o acento anglo-saxônico das quatro ilhas é o seu extremo isolamento geográfico. São todas distantes de qualquer ponto da Terra, inclusive do continente africano. A Ilha de Santa Helena, a principal do conjunto, dista 1.900 km quilômetros da costa angolana, intervalo comparável ao itinerário entre Londres e Tirana, capital da Albânia.

Especificamente Tristão da Cunha, trata-se do mais remoto rincão ocupado por um grupo de humanos no Planeta. O povoado mais próximo, Jamestown, que sedia a administração britânica do BOT, localiza-se em Santa Helena, 2.420 quilômetros ao Norte. A cidade do Cabo, a primeira urbe ao alcance na África, fica 2.800 quilômetros a Leste.

Portanto não foi a toa que o governo britânico pôs as ilhas a seu serviço enquanto local de desterro. Napoleão Bonaparte, seu mais famoso exilado, passou os últimos anos de sua vida em Santa Helena. O monarca Dinuzulu Kacetshwayo, aprisionado durante a Guerra Zulu (1879), foi outro hóspede real da ilha.

Numa condição bem menos ilustre, 5.000 *africâners* aprisionados na Guerra Anglo-Boer (1899-1902), foram despachados sem demora para esta paragem inacessível. Além disso, milhares de escravos resgatados nas operações de combate ao tráfico negreiro foram do mesmo modo, provisoriamente internados na ilha.

Porém, o papel efetivamente reservado para essas ilhas pelo Reino Unido foi a de servirem como entrepostos nas rotas do Atlântico Sul. Mais do que por qualquer fatoração econômica, o interesse por esse longínquo universo insular se justificou por critérios geoestratégicos associados ao controle da navegação de alto-mar do Oceano Atlântico central e meridional. Neste parecer, as ilhas figuram como bases de apoio naval, provendo as tripulações de víveres, água potável e suprimentos como carvão, cordoaria, etc.

Os territórios insulares do Atlântico meridional detiveram a função de pedra angular na construção do domínio britânico da Bacia do Atlântico. Foram desdobramento da estratégia de fincar o pavilhão da *Union Jack* por todos os recantos do planeta,

tendência esta que se afirmou enfaticamente a partir do século XVIII: “Nenhum império construiu uma rede de bases em amplas zonas oceânicas melhor do que o britânico” (MAULL, 1959: 37).

A determinação inglesa em atingir essa meta, induziu o país a se assenhorear de respeitável número de conexões nevrálgicas, fundamentais para o controle mundial dos mares e garantia para as comunicações num império onde o Sol nunca se punha.

Esses predcados, empossando as colônias insulares de misteres bélicos e logísticos, fazem-nas diferir do nexu colonial clássico, materializado no sistema de *plantation* de cultivos tropicais com elevada lucratividade e/ou na exploração de metais preciosos.

Do mesmo modo, não permite que sejam enquadradas na atribuição matricial atribuída às regiões coloniais pelo industrialismo. Neste modelo, os países periféricos atendem as demandas por matérias primas das manufaturas dos países do centro do sistema e complementarmente, são polos de consumo dos produtos industrializados.

No tocante às quatro ilhas ora em análise, de vez que objetivamente o eixo da argumentação é magnetizado por postulados geoestratégicos, importaria esclarecer quais são, mais precisamente, as injunções que os legitimam.

Neste particular, tendo por cenário histórico as primeiras décadas do Século XIX, a constituição da supremacia marítima inglesa no Atlântico atendia a duas proposições básicas:

“a primeira, que visava o domínio das rotas, via controle de estreitos, passagens e a utilização de portos e aquisição de ilhas para o estabelecimento de bases navais; e a segunda, voltada para a supressão do tráfego comercial entre o Brasil e o continente africano, apontando diretrizes para a futura colonização da África” (PENHA, 2010: 45, *grifos nossos*).

Desse modo, se é possível destacar que em linhas gerais, ao mesmo tempo em que a Inglaterra buscou encadear na África uma sequência de domínios coloniais tendo por eixo o Cairo numa ponta e Cidade do Cabo na outra, isso não nega o apetite britânico pelo domínio das ricas regiões banhadas pelo Atlântico, particularmente no Golfo da Guiné.

Comprovam essa inclinação o estabelecimento nessa parte do continente e na África Ocidental, das colônias de Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro, Togo e Nigéria. E que fique bem claro: tal pretensão foi alçada à materialidade com a decisiva retaguarda

consubstanciada na posse dos pequenos, e tremendamente estratégicos, ilhéus do Atlântico Sul.

Para arrematar, seria lícito rubricar que a estratégia britânica teve implicações nem sempre indexadas às análises a respeito da corrida imperialista na África, sendo uma destas, por exemplo, a que sinaliza para as relações Brasil-África.

Acontece que em contradição com o plano britânico de se impor seu controle do Atlântico no sentido Norte-Sul, se fazia valer um intercâmbio secular amalgamando as economias africana e brasileira, uma conexão construída ao longo do período colonial no Atlântico.

Acatando orientação Leste-Oeste, originariamente sob controle luso, esta vital rede comercial foi pouco a pouco desembaraçada da gestão portuguesa e cooptada pelos colonos brasileiros, que a colocaram sob seu controle direto.

Nas suas últimas consequências, com base numa relação transoceânica capitaneada por brasileiros, essa evolução permite dar como certo que Angola e muitos entrepostos africanos se tornaram, após 1648, colônias *de facto* do Brasil (VANSIMA, 2010 e MPLA, 1965).

Constituídas no âmbito da *Pax Lusitana* implantada por Portugal no Atlântico, as interações comerciais atlânticas, contrariando alegação que por força da repetição, terminou sacramentada com os lauréis de verdade inquestionável, não tinham, por sinal, o tráfico negreiro como esteio exclusivo.

Ao longo de quatrocentos anos, o comércio Brasil-África foi paulatinamente se diversificando. Uma heterogênea pauta de bens animava um próspero segmento mercantil nos dois lados do Atlântico, corporificado em opulentas casas comerciais.

No século XIX, transitavam do Brasil para a África: açúcar, tabaco, cachaça, arroz, metais preciosos, carne-seca e tecidos; da África, seguia para o Brasil: algodão, arroz, marfim, cera, resinas, enxofre, panos da costa, sabão, manteiga de carité, azeite de dendê e a noz-de-cola.

Esse mercadeio tinha por interlocutores, nas costas africana e brasileira, membros das mesmas famílias e redes sociais. Dentre esses se notabilizaram os *brasileiros* ou *retornados*, tal como eram conhecidos os ex-escravos do Brasil que seguiram para o Golfo da Guiné.

Esse grupo fundou principalmente no Togo, Gana, Nigéria e no reino do Daomé, proeminentes dinastias comerciais, ora imiscuindo-se junto aos potentados africanos nativos e/ou integrando-se a uma nascente burguesia mercantil africana. Mas, via de regra, sempre desfrutando das vigorosas relações comerciais Leste-Oeste, distantes de darem mostra de esgotamento (Cf. CUNHA, 2012: 131-186; COSTA E SILVA, 1994; MOURÃO, 1994).

Entrementes, para a nova *Pax Britânica*, não interessava a continuidade das trocas Leste-Oeste. Os ingleses a entendiam como empecilho (inclusive como um perigo), aos seus planos de hegemonia naval e de atuação na África. Essa contradição gerou situações de conflito comercial e diplomático com o Brasil.

Nesse sentido temos, contrariando outro lugar-comum dos livros escolares, que não apenas o comércio de escravos incomodava as expectativas dos britânicos, *mas primordialmente, o conjunto das relações mercantis entre o Brasil e a África*.

Em tal acepção, a cruzada “humanista” da Inglaterra mascarava objetivos dúbios e inconfessos. Predominavam nas suas metas a facilitação da conquista de cabeças de ponte no continente e ampliação dos territórios sob seu domínio na África, assim como a destruição do tráfico mercantil Brasil-África:

“O poder naval inglês foi empregado não apenas para interromper o tráfico de escravos, *mas todo o tipo de comércio existente entre o Brasil e o continente africano*, e tendo ainda por interesse, proteger e estimular os investimentos da Grã-Bretanha na costa ocidental da África” (PENHA, 2011: 50, grifo nosso).

Perseguindo este objetivo, a Grã-Bretanha colocou em prática um jogo nada sutil mesclando ameaças veladas, práticas intimidatórias e ardis diplomáticos, lançando mão inclusive de ação militar direta. Anote-se também que esta última consideração, assim convém frisar quantas vezes for necessário, está distante de constituir mero arroubo retórico.

Recorde-se que entre 1890 e 1896 as ilhas de Trindade e Martim Vaz foram ocupadas sem maiores delongas pelo Reino Unido, ato que acatava simultaneamente o desejo britânico de tomar posse de todas as rugosidades insulares da vertente do Atlântico Sul e de quebra, minar o intercâmbio Brasil-África. Este intuito tem comprovação na própria cronologia: as ilhas são ocupadas após a decretação da Lei Áurea, datada de 1888, que oficialmente aboliu a escravidão no Brasil.

Assim, progressivamente o projeto inglês ganha consistência e aos finais do século XIX, estava basicamente realizado, logrando o *Foreign Office* alijar os interesses brasileiros em África e dismantelar a rede que durante décadas, ligou largos braços de mar no sentido das latitudes.

Agora, com o respaldo da retaguarda segura das ilhas do Atlântico meridional, a nova orientação interoceânica se faria valer no sentido das longitudes, contingência que também assegurava a posse dos territórios africanos para Sua Majestade Britânica.

Entretanto, do exposto se poderia intuir que o ocaso do Império Britânico na África poria a perder o valor do BOT das ilhas atlânticas. Mão não: a importância desse anel de posições oceânicas tem por lastro sua fenomenal propriedade de constituir um mirante em alto-mar, sempre preparado para atender as solicitações impostas por novas conjunturas geopolíticas.

Quaisquer que sejam as mudanças no campo das relações internacionais, a posição axial destes arquipélagos, e por decorrência, de sua capacitação bélica e estratégica, é um dado imutável. Assevere-se que no desenrolar do reordenamento político global, desde os anos 1960 as águas do Atlântico Sul tem se revitalizado como espaço de interesse para as comunicações.

O declínio do Atlântico Sul enquanto eixo marítimo, motivado pela inauguração do Canal de Suez (1869) e do Panamá (1914), foi superado pelo bloqueio de Suez com a Guerra dos Seis Dias (1967) e pela insegurança gerada pela pirataria somali desde o início do II Milênio, outorgando renovadas atenções à Rota do Cabo (PENHA, 2010: 63-64, 129-130 e 134; MELLO, 1999: 188).

En passant, esclareça-se que nos dias de hoje, o trajeto do Cabo é uma hidrovia marítima pela qual transita fração magistral da energia consumida pela Europa e EUA: 66% do petróleo europeu e 26% do norte-americano. Não fosse suficiente, a exploração do ouro negro do Golfo da Guiné (escorada em reservas comprovadas de 60 bilhões de barris de petróleo), está fadada a usufruir o melhor dos esforços do mundo dos negócios.

Nessa virada, o desempenho de países como Angola, Nigéria, Guiné Equatorial, Costa do Marfim e Gana, antevê a transferência do espaço supridor de hidrocarbonetos para o mercado mundial, localizado desde finais do século XIX no Oriente Médio, para a fachada africana do Atlântico, tendência essa que vê-se favorecida pela estabilização do horizonte político continental e pelos baixos teores de enxofre do

óleo produzido na plataforma continental da Guiné, tornando este produto, uma *commodity* apreciada numa época estigmatizada pela crise ambiental.

Assim, num espectro que se estende do vigor emprestado à Rota do Cabo, passando pela repaginação das economias africanas e pelos contatos multilaterais cada vez mais intensos entre os países das duas bordas do Atlântico (inclusive, os que uma vez mais articulam o Brasil ao continente africano), fazem com que esta massa oceânica desperte renovado interesse global. Tudo isso promove a releitura funcional dos territórios insulares britânicos, em especial no que toca aos novos fluxos esboçados pela economia internacional.

A bem da palavra, o BOT do Atlântico foi, é e continuará sendo, um invejado grupo de ilhas que altaneiramente fiscalizam o alto-mar, unindo a essa prerrogativa, os azos cabíveis ao potencial militar e estratégico, regularmente alimentado pelas incertezas que rondam a ordem global.

Marcos que asseguram uma vocação análoga, ungidas pelas mesmas averbações que conjugam a temática das Ilhas Atlânticas do Reino Unido, com as atinentes às demais possessões e pendências territoriais na África da atualidade.

II. O INDICO FRANCÊS E SEUS REMANESCENTES

Comparativamente à Grã-Bretanha, a França é muitas vezes vista como uma espécie de “sócio menor” na corrida imperialista. Grosso modo, essa percepção é nutrida pela magnitude do Império Britânico, outrora colossal em todos os sentidos.

Contudo, este dado em nada compromete o veredicto de que a França assenhoreou-se de ricos e extensos territórios. Em África, os franceses vivenciaram duas grandes performances colonialistas: a relacionada ao I Império Colonial, transcorrendo entre 1605-1803, e a que se desenvolve nos marcos do II Império Colonial, no período 1830-1980.

Quando da *débâcle* do I Império, a França perdeu a maioria dos estabelecimentos africanos. Destes tempos, herdou um espólio modesto: a Colônia do Senegal ¹² e a Ilha de Reunião, que até 1793 aparecia nos mapas como ilha de Bourbon, topônimo substituído quando da queda da casa real francesa.

Não obstante, a França recuperou seu fôlego imperialista. Em 1830, sua armada arremete contra Argel, tomando a cidade, intrusão que inaugura a irrupção do II Império Colonial. Na África, até finais do século XIX os franceses colocarão sob seu tacão mais que a quarta parte do continente.

Além das colônias criadas na África Ocidental e Equatorial, a França anexou inúmeras ilhas do Índico Sul, incluindo a mais cobiçada de todas, Madagascar, cujas riquezas, natureza deslumbrante e extensão descomunal (trata-se da quarta maior ilha do globo, superada somente pela Groenlândia, Nova Guiné e Bornéu), incitou incontidas pulsões colonialistas.

Com os ventos da descolonização, a bandeira da França é arriada na maior parte do continente. Todavia, não totalmente. Nas paragens sul-ocidentais do Índico, ainda hodiernamente, o país mantém possessões nessas águas, determinantes para lhe assegurar influência nos negócios da região.

Para todos os efeitos, as dependências francesas, os Departamentos Ultramarinos (DOM) das Ilhas de Mayotte e Reunião, assim como o Território Francês das Ilhas Esparsas do Índico (Figura 4), semelhantemente às da Grã-Bretanha, inserem amplo rol de condicionantes geopolíticos, estratégicos e determinações do campo das relações internacionais.

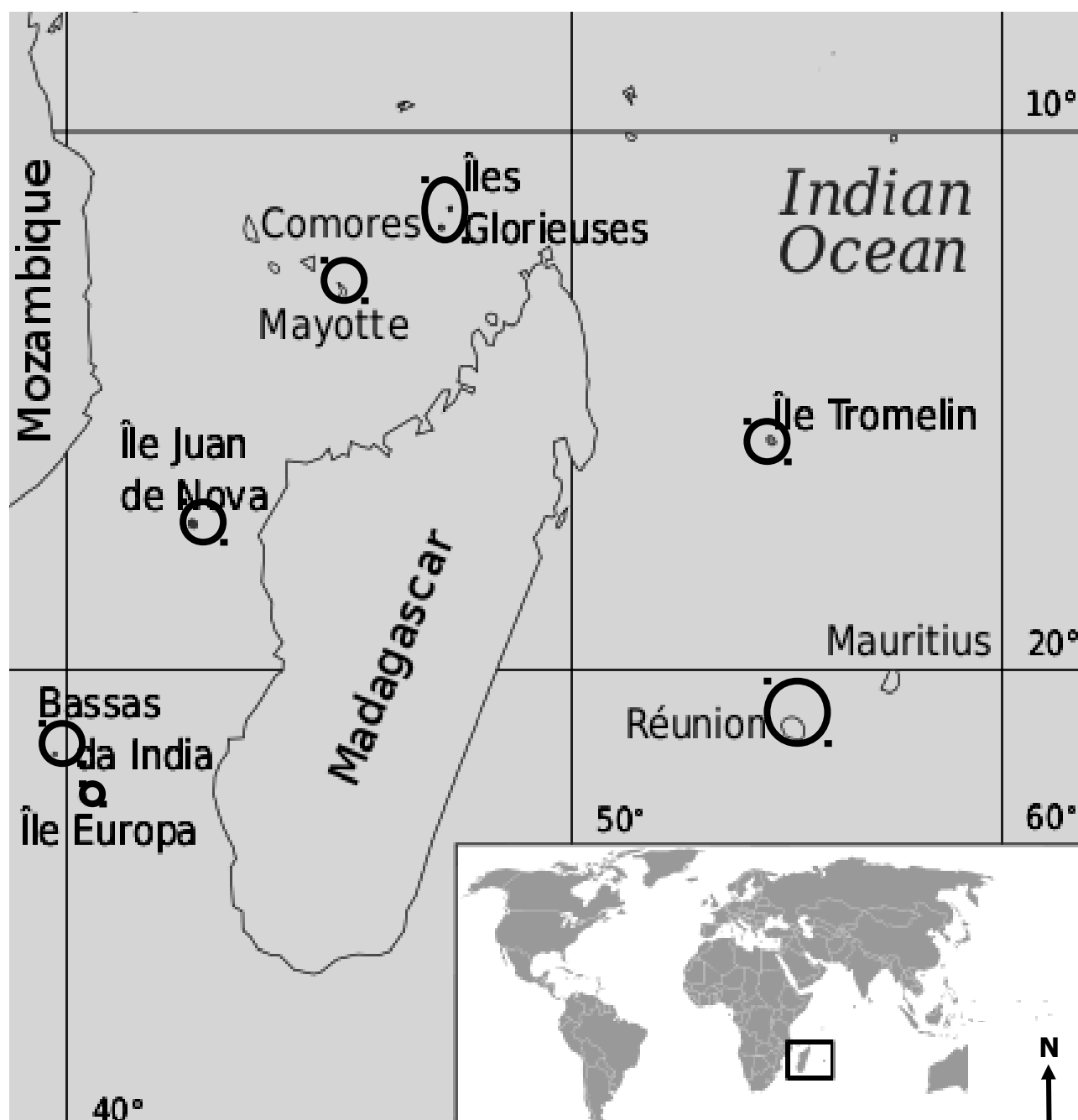


FIGURA 4 - O Índico Sul-Occidental Francês

(Fonte: The Encyclopedia of the Earth, in: < <http://www.eoearth.org/> >, mapa adaptado e masterizado para a edição de 2019. Escala: 1: 26.700.000. Acesso: 13-05-2012)

Conjuntamente, a população das duas principais ilhas do Índico, Reunião e Mayotte, ultrapassa levemente o milhão de habitantes, 80% dos quais concentrados em Reunião. Nessa última variável, tome-se nota de que se trata do maior contingente populacional que em África, vive sob bandeira estrangeira (Neste quesito, destaque-se que no ano de 2011, quatro países africanos independentes, Seychelles, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Djibuti, possuíam população inferior à do Índico francês).

Outro apontamento basilar é que juridicamente, estes territórios são *Départements d'Outre-Mer* (DOM), da República Francesa. Essa moldura política lhes confere, em que pese a distância que as segregam da Europa, o apanágio de serem uma extensão territorial da França metropolitana. Em paralelo, Reunião e Mayotte não usufruem do isolamento que permite às Ilhas Britânicas do Atlântico a opção de manterem uma postura de certo modo *voyeur*, com relação à África.

Com toda certeza, as duas ilhas não podem ser ignoradas no quadro regional. Nem estas, podem se dar ao luxo de ignorar o espaço onde se situam. De modo inegável, Reunião e Mayotte compartilham injunções econômicas, demográficas, históricas, culturais, políticas e geográficas com as nações vizinhas do Índico e do litoral oriental africano. Portanto, mesmo politicamente integradas a um Estado-membro da União Europeia, são, independentemente da jurisprudência geopolítica, indissociáveis do continente africano.

Destarte, é possível destacar que as Ilhas de Reunião e Mayotte, assim como o grupo formado pelas Ilhas Esparsas, responderiam, na comparação com os espaços sob dominação de *Albion*, por causalidades bem mais diretas e incisivas.

Por certo, um esclarecimento inicial estaria endereçado às Ilhas de Reunião e Mayotte. Colocadas lado a lado com as demais dependências francesas do Índico ou do conjunto dos territórios em África vexados pelo mando estrangeiro, ambas se destacam por áreas relativamente polpudas. Reunião é aquinhoadada com 2.512 km² e Mayotte, com 374 km².

No que importa ao tema trabalhado por esta análise, cumpre advertir que é a partir dessa declinação que Reunião e Mayotte friccionam com os países vizinhos. Uma notação objetiva é que a *identidade política* desses territórios, ao estar respaldada na dissociação com relação à circunscrição geográfica, histórica e cultural explicitada no continente africano, enseja a aparição e a perpetuidade de atritos complexos e de difícil resolução.

Vejamos o caso de Mayotte. Trata-se de uma das quatro ilhas que geograficamente, compõem o Arquipélago das Comoros. Bem próximas umas das outras, são elas, as ilhas Grande Comore, Anjouan, Mohéli e Mayotte. No transcorrer da expansão do II Império Colonial Francês, Mayotte foi prontamente identificada como posto-chave na chancela do trânsito na embocadura setentrional do Canal de Moçambique.

Primeira ilha do arquipélago a ser anexada ao II Império francês, hoje forma o 101º Departamento da França republicana. Observe-se que esta integração territorial à

República Francesa foi confirmada por vários referendos nos quais os *Mahorans* (gentílico dos insulares de Mayotte), se pronunciaram maciçamente por manter os vínculos com a antiga metrópole.

Para maior exatidão: no plebiscito do ano de 2009 que ratificou Mayotte enquanto *Département d'Outre-Mer*, o voto popular agremiou 95,5% de apoio quanto à adesão com a França. Entretanto, a presença francesa é objeto de reparos de toda natureza.

Um dado que não permite calar foi a ação do poder colonizador em prol de uma pauta continuista. Apesar da consulta nacional de 1974 nas Comoros ter explicitado a opção independentista, a França organizou votação ilha por ilha, estratégia que lhe permitiu manter os *Mahorans* sob sua guarda.

Percebida, como de fato o foi, enquanto manobra neocolonialista, a atitude francesa foi recorrentemente condenada na Assembleia Geral da ONU, pela União Africana (UA) e por sua antecessora, a Organização da Unidade Africana (OUA).

Quanto ao governo das Comoros, este não abre mão do que considera como seu legítimo patrimônio territorial. Não por outra razão, a bandeira nacional verde das Comoros, inclui uma meia lua com quarto e não três estrelas no interior da sua cúspide. Qual seja: está em falta uma das ilhas representadas no pendão nacional comorense (Cf. LE VINE, 2004: 7).

Todavia, essa movimentação diplomática não tem surtido efeitos concretos, pois a França tem lançado mão do seu poder de veto no Conselho de Segurança em todas as ocasiões em que sua permanência em Mayotte é posta em questão por moções que objetam a presença gaulesa neste território.

Quanto ao apoio dos *Mahorans* à incorporação, este pode ser explicado por sua forte exposição aos colonizadores, que subsidiam a economia e a administração pública da ilha. Além do mais, o governo francês acelerou a implantação de serviços de padrão metropolitano nas áreas da saúde, seguridade social e da educação, gerando um diferencial na comparação com as nações vizinhas. Isso permite que a renda *per capita* de Mayotte seja, por exemplo, quatro vezes superior à média das Comoros.

Todavia, a absorção de Mayotte no fulgor dos países centrais não é indubitável. A renda média da ilha permanece estacionada em um terço do usufruído por Reunião e em uma quinta parte dos franceses metropolitanos, do que se deduz que Mayotte continua pobre para um padrão afluente.

Isto é: a generosidade demonstrada pelos colonizadores em aceitá-los em pé de igualdade como cidadãos franceses têm lá suas limitações. Na voz geral dos analistas, a evolução constitucional de Mayotte como Departamento da França aguarda adições para ser plena e irrevogável, e até prova em contrário, sujeita a imprevistos e contestações (LEWIS, 2011a).

Por sinal, não há como negar a inserção de Mayotte no espaço cultural swahili, do qual é indissociável. Muito menos a fruição de interações históricas, sociais, culturais e geográficas com o conjunto das Ilhas Comoros (TWADDLE *et alli*, 2010: 292). E a despeito dos pudores, e dos temores comungados por muitos franceses, Mayotte é muçulmana na razão de 97%, uma porcentagem mais significativa que o Kosovo, o mais islamizado de todos os Estados da União Europeia, onde são contados 90% de muçulmanos.

Aussi: mesmo constituindo um *Département* da República Francesa, acredita-se que metade da população não lê e sequer fala francês. De fato, dispensando informação prévia sobre o estatuto político deste território escancaradamente africano, seria difícil acreditar que Mayotte é parte da França, distinção que tem por substrato principal, *senão único*, a notável posição estratégica da ilha. Portanto, acreditar que os *Mahorans* se tornem franceses de corpo e alma é uma dita povoada de incertezas profundas (Cf. LEWIS, 2011a e 2011b).

De outra parte, este quadro difere substancialmente do encontrado em Reunião. Uma diferença notória é que em 1642, ocasião em que os franceses desembarcam no território, a ilha estava desabitada. A este respeito, sabe-se que navegadores tradicionais das águas do Índico tinham conhecimento da ilha, contingencialmente visitada por marinheiros para coletar água ou utilizá-la como local de repouso.

Mas, sua posse nunca foi reclamada pelos poderes regionais. O poder colonial implanta então o sistema de *plantation* da cana-de-açúcar, onde a força de trabalho básica são escravos capturados no continente e colocados sob o jugo de uma classe latifundiária gaulesa.

No curso da sua história, Reunião agregou assaz diferentes aportes étnicos. Levas de árabes, malgaches, hindus, chineses e swahilis se estabeleceram na ilha. De chofre, interagiram entre si e com os grupos anteriores através de intensa mestiçagem.

Ainda que a metrópole tenha transmitido várias marcas culturais em Reunião (como o catolicismo), assinale-se que a cultura local insular tomou rumo próprio em muitas

vertentes. Por exemplo, o francês, idioma oficial, convive largamente com o *créole réunionnais*, língua vernacular difundida em todas as camadas sociais.

Tudo isso coloca a ilha num plano de entendimento nas relações com o continente africano que difere profundamente do caso de Mayotte. Neste sentido, na opinião dos especialistas, talvez Reunião tenha deixado escapar a oportunidade de tornar-se um país independente:

“Se esta política se transformasse em um movimento popular da Reunião favorável à independência, a ilha poderia ser conduzida a uma via mais clássica, rumo à soberania nacional no seio do sistema internacional” (TWADDLE *et alli*, 2010: 291). Entretanto, trata-se de uma hipótese que pode ganhar novos ares, respaldada pelas singularidades que modelam a fisionomia da ilha.

No tocante ao território das ilhas Esparsas, o cenário é demarcado por premissas diferentes. Trata-se de um espaço insular onde despontam ilhotes de dimensões ínfimas. São 0,2 km² para o Atol Bassas da Índia; um km² para Tromelin; 4,2 km² para as Gloriosas; 4,4 km² para Juan de Nova e 30 km² para Europa. O Banco Geyser é mais vasto: cobre 175 km², qual seja, aproximadamente uma terça parte de Mayotte.

Mas, geologicamente Geyser é apenas um recife. Isso significa que só um punhado de pináculos de coral emerge, quando muito, poucos metros acima das águas do Índico na maré baixa. Na linha da preamar, o escolho permanece submerso a maior parte do tempo, sendo rigorosamente invisível no firmamento. *Tout court*, o próprio registro cartográfico desta possessão é ignorado por pródiga coletânea de Atlas. Muitos documentos sobre a região do Índico simplesmente se omitem de mencioná-lo.

Sabe-se que navios malgaches, bantus, árabes, otomanos, egípcios, somalis, malaio, hindus e shirazis ¹³, que singraram pelos recantos do Índico (histórico de contatos que proporcionou difusão de traços culturais do Oriente Médio, Índia e Insulíndia em todos os países da região), esporadicamente aportaram nesses penedos. Mas apenas quando premidos pelos humores inconstantes da meteorologia ou por acasos da navegação. Só isso. Essas nesgas de terra firme jamais foram adotadas como lar por qualquer grupo de colonos.

A *propôs*, considere-se que sequer oferecem amparo geofísico para tanto. Uma ventania insistente coibiu a colonização botânica dos ilhéus. Não existe reserva hídrica e tampouco solo arável, razões mais que suficientes para compreender o *leitmotiv* destes territórios não possuírem população residente. Logo, é na condição

de espaço desprovido de habitantes que tais ilhas são abençoadas com a soberania francesa ¹⁴.

Do que foi comentado, importa reter que justamente a personalidade geográfica desses territórios explica suas vicissitudes, tanto as do passado quanto dos dias atuais. Em especial, a posição estratégica destes ilhotes, facilitando a escala na rota para as Índias, predispôs que se tornassem alvo do colonialismo francês já nos primórdios do século XVII. Era um momento no qual a França voltava seus olhos para o subcontinente indiano, planejando e articulando sua esfera de influência nessa parte da Ásia, projeto que no século seguinte foi coroado de sucesso ¹⁵.

Entretanto, a perda dos territórios indianos com a derrocada do I Império Colonial e a abertura do Canal de Suez, desidratou o valor estratégico dos arquipélagos do flanco Sul-ocidental do Índico. Mas, só momentaneamente. *Mutatis mutandis*, os planos da França passaram a ser outros, destacadamente subjugar Madagascar.

Houvera nos séculos XVII e XVIII, um intento francês em instalar-se na grande ilha. Entretanto, os resultados foram amplamente desfavoráveis. Os colonizadores não conseguiram desenvolver a contento os entrepostos litorâneos, tampouco defendê-los convenientemente.

Mas a França novecentista confiava que a sorte desta vez lhe sorriria. Dispondo de aparatos bélicos e tecnológicos, de sistemas avançados de comunicação e de um novo ânimo colonialista, apostava que desta vez, Madagascar não escaparia de ser capturada.

Isso é claro, desde que conseguisse dobrar a resistência local. Os precavidos Hovas ¹⁶ haviam instaurado o recrutamento militar no país, importado fuzis e fortificado os penhascos das passagens que davam acesso à meseta central da ilha, área núcleo do poder estatal malgache. Para resumir: não seria nada fácil derrotar os nativos.

Consequentemente, a conquista do país demandava por linhas de abastecimento, rede portuária e logística marítima de longa distância visando tomá-lo de assalto. Nesta visada, “é digno de observação que os franceses não se apoderaram de Madagascar senão após ter sob seu domínio as ilhas próximas” (MAULL, 1959: 403).

Coerentemente, os franceses procuraram se assenhorear dos ilhéus que circundam Madagascar como preparativo prévio para a invasão total do Reino dos Hova. Executando de forma metódica planos de anexação do país os franceses, contando com base de apoio em Reunião, desembarcaram e ocuparam as ilhas oceânicas do

Canal de Moçambique. Idêntico destino coube a Mayotte e ao Sultanato das Comoros, a Noroeste da grande ilha. Num gesto ousado, a França tomou os ilhotes de Nosy Bé, Nosy Kombe, Nosy Mitsio e Nosy Boraha ¹⁷, visíveis a olho nu das praias da própria costa malgache.

Após morder os bordos de Madagascar, a França parte então para operações de grande envergadura. Em 1895, com a conquista da capital, Antananarivo, é instalado o Protetorado Francês. De breve vigência, esse regime é substituído no ano seguinte pela administração colonial, que de pronto, passa a ser hostilizada sem tréguas pelo incansável nacionalismo malgache ¹⁸.

Entrementes, tal como ocorreu no continente como um todo, o domínio francês direto no Índico perdura por poucas décadas. Madagascar ressurgiu novamente como país soberano no *Ano da África*, em 1960, data na qual o comando da nação é repassado para os nacionalistas locais ¹⁹.

Quanto ao arquipélago das Comoros, a evolução relativamente tardia da mobilização anticolonialista, catalisada pelos acontecimentos no vizinho Madagascar, explica que a independência ocorra somente em 1975, bem depois da maioria das colônias francesas.

Não obstante a desaparecimento do galhardete francês numa vasta extensão dos antigos domínios no Índico, a França obsequiou-se pela inversão da fórmula metafórica pela qual se entregam os anéis para não perder os dedos. No teatro dos territórios do Índico, o que aconteceu foi exatamente o contrário. Dito de outro modo: perdeu os dedos, mas buscou preservar os anéis.

Esse viés, pavimentado pelo recrudescimento da Guerra Fria, pela retomada da Rota do Cabo e por fim, por uma aspiração de hegemonia da qual a França na realidade, jamais abdicou na sua evocação mais seminal, induziu o país procurar meios para preservar uma capacidade de intervenção na antiga esfera de influência.

Nessa perspectiva, torna-se óbvio o porquê da insistência francesa em manter-se senhora do liliputiano conjunto de ilhéus, atóis e afloramentos arenosos que fazem parte das Ilhas Esparsas.

Decisivamente, tais formações insulares, situadas ao longo do Canal de Moçambique e imediações, preconizam uma projeção geoestratégica numa razão inversamente proporcional à sua pequenez. Fundamentalmente pela força locacional inerente à sua posição geográfica.

Efetivamente, bem mais que prosaicos “pontos perdidos” nas águas do Índico, essas possessões capacitam à França tanto o exercício de ações intervencionistas, quanto em paralelo, respaldam direitos de exploração econômica dos mares dos arredores, compreendendo o acervo haliêutico e recursos não vivos do assoalho submarino.

Essa perspectiva foi reforçada a partir dos anos 1980, quando à prospecção dos hidrocarbonetos em alto-mar, se propõe a extração dos nódulos polimetálicos, das lamas e crostas metalíferas que forram o fundo oceânico ²⁰.

Sublinhe-se que para amplos setores de opinião pública das jovens nações africanas vizinhas, a perpetuação de um poder tricolor nas águas da região nada mais seria do que um sucedâneo da dominação colonial.

Gerando compreensível indisposição, reiteradamente a soberania da França sobre as Ilhas Esparsas tem sido contestada por Comoros, Maurício e particularmente por Madagascar, país cercado pelas águas territoriais destas suspeitas guardas avançadas europeias do Índico.

Assevere-se que considerando o histórico da região, a pretensão francesa em assumir este inventário dominial está irremediavelmente maculada por inquirições quanto à sua legitimidade. Conforme foi colocado, muitos povos toparam no passado com esses abrolhos bem antes das flotilhas francesas, de resto, as últimas a avistá-las.

Em assim sendo, levando-se em consideração que a França sequer teve a primazia em contatar estas terras enquanto potência ocidental, inclusive por ter sido precedida por navegadores portugueses e espanhóis, como consentir então, com um presumido direito francês de mantê-las sob sua autoridade? E não possuindo nenhum habitante, gaulês ou não, em nome *de quem* e *do que* a França, no final das contas, se arroga enquanto poder mandatário?

Por sua vez, Mayotte e Reunião exibem crispações decorrentes dos seus vínculos com a França. Nesta ordem de considerações, os imperativos de ordem geopolítica são notadamente relevantes.

Por exemplo, Mayotte compõe com as ilhas do Canal de Moçambique uma cadeia de postos avançados franceses, que praticamente tutelam o eixo central deste corredor marítimo. Postada no gargalo do Canal de Moçambique, cabe a Mayotte, neste prisma, a condição de *pivot* na prerrogativa de sancionar o trânsito por essa hidrovia oceânica.

Relativamente a Reunião, a ilha congregaría farta coleção de notas de interesse. Localizada pouco ao Norte do Trópico de Capricórnio (isto é no ponto intermediário onde as águas tépidas do Índico e dos mares glaciais da periferia antártica se unem) e entre os dois principais Estados soberanos destas plagas do Índico (Madagascar e Maurício), por si só esses recortes suscitaríam profícuo certame de comentários.

Considere-se neste arrazoado a poderosa base naval de *Pointe des Galets*, situada no Norte de Reunião. Essa instalação axial, interage logisticamente com guarnições ultramarinas posicionadas em Mayotte e Djibuti, que abrigam mentores e tropas da Legião Estrangeira da França.

A estes destacamentos, se acresce a novel praça aeronaval de *Camp de la Paix* (Campo da Paz), inaugurada em 2007 em Abu-Dabi, nos Emirados Árabes Unidos, construída na entrada do nevrálgico Estreito de Ormuzd, frente a frente ao Irã ²¹.

Essa formidável trama de bases militares integra o que se convencionou nominar como *Quadrilatère Français*, com objetivo precípua em fiscalizar o Índico, garantindo o escoamento dos hidrocarbonetos provenientes do Golfo Pérsico para que assim, alcancem o mercado consumidor francês por intermédio da Rota do Cabo.

Rubrique-se que a França é importadora de ponta de petróleo do Golfo: foram mais que 1,3 milhão de barris diários em 2010. A este *quantum*, agrega-se a súmula de que 25% das importações francesas do ouro negro atravessam o Índico, tornando o trajeto uma prioridade de primeira grandeza para a economia gaulesa.

Nesta senda, a programação militar e estratégica do Índico francês permite entendê-lo enquanto um irmão siamês do seu congênere britânico das águas do Atlântico. Firmados por um forte cunho geopolítico, ambos explicitam o quanto continuam fecundas as aspirações de hegemonia, agora secundadas pelo manto da Comunidade Europeia.

Averbação que como discutiremos a seguir, pode materializar muitas, e imprevistas, contraposições no campo das relações internacionais.

III. AS PRAÇAS DE SOBERANIA: LITÍGIOS ANTIGOS E NOVOS

As icônicas *Plazas de Soberania*, possessões da Espanha no litoral norte-marroquino, revestem-se de sortidos predicados políticos, históricos e geográficos. Dentre estes, a condição de serem as mais antigas dependências europeias na África. Conquistadas nos albores da expansão mercantilista, permanecem até hoje sob pendão europeu. *Ipsa facto*, em si mesmas as praças constituem atraente tema de estudos.

Há, por exemplo, um obsequioso prontuário pautando a inscrição espacial dessas cidadelas. Consultando rapidamente os mapas (Vide Figura 5), a cartografia expõe um heterogêneo acervo de estabelecimentos e acidentes geográficos: fortalezas costeiras, arquipélagos, ilhas isoladas, alcantilados e promontórios, um agrupamento dominial onde as cidades de Ceuta e Melilla configuraram uma *core area*.



FIGURA 5 - Mapa das Praças de Soberania Espanholas no litoral marroquino, com encartes relativos às possessões (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 14-03-2017)

Vis-à-vis, a bandeira espanhola drapeja em rincões solitários pontificando o senhorio de territórios sem solução de continuidade pelas beiradas da costa. Trata-se de uma fileira de sítios nanicos, compostos pelo Arquipélago das Ilhas Chafarinas, os Penões²² de Alhucemas, de Vélez da la Gomera²³ e de acordo com o governo de Madrid, de igual modo pela longínqua Ilha de Perejil²⁴.

Enquanto espaço sob o qual pesam óbices colonialistas, as *Plazas* materializam o mais ínfimo dos litígios: perto de 32 km² de superfície, 98% dos quais correspondem à Ceuta e Melilla. Caso constassem na listagem dos 249 países e territórios da *United Nations Statistics Division*, em área, as praças espanholas superariam somente 11 entidades territoriais em todo o planeta.

No caso dos ilhéus e dos *penõnes*, note-se que consoante à escala do mapa, a extensão minúscula dessas dependências chega até mesmo a comprometer o registro cartográfico.

Por exemplo, o menor dos enclaves espanhóis, o Penñn de Alhucemas, não passa de um matacão rochoso debruçado a 300 metros das praias do Marrocos. Circunscrito a um perímetro de 220 x 84 metros, sua área é de exíguos 1,5 hectares, isto é, 0,015 km². Perejil, que é dez vezes maior, cobre exatos 15 hectares, ou seja, 0,15 km².

Quanto à população, as *Plazas* concentram um total de 165.000 almas. Distribuídas matematicamente no espaço que lhes cabe, chega-se a uma elevada densidade demográfica: 5.077 habitantes/km², que contudo, trata-se de uma média, e não de uma regra.

Concretamente, os sítios urbanos de Ceuta e Melilla concentram quase totalidade desta rala demografia. Muitos dos ilhéus costeiros estão, com exceção de soldadesca lá acantonada e de solitários pesquisadores, completamente desabitados.

Presumivelmente, essas notas iniciais atiçariam quase imediatamente a curiosidade em compreender a motivação da apaixonada abnegação com que a Espanha defende sua soberania sobre extensões que em princípio, poderiam ser rotuladas como anedóticas.

E como não, as razões que impelem os marroquinos em contestar a existência de uma autoridade europeia nessas rugosidades litorâneas, avocando-as para um dos mais perseverantes reinos da África.

Sabendo-se que na escala do tempo e do espaço inexistente fato desvinculado de dinamismos objetivos, seria, pois oportuno repassar os fundamentos que a partir da expansão ocidental, fizeram despertar o interesse dos europeus por esses bastiões. Pensando essa diretiva, dedicaremos alguns parágrafos à moldura mais ampla onde se localizam as contendidas.

Seguramente, a orientação reclama menção obrigatória ao Magreb. Topônimo de origem árabe ²⁵, entende-se por Magreb uma vasta porção da África confinante com os bordos ibéricos da Europa, genericamente os atuais Marrocos, Argélia e Tunísia.

Separado da costa ibérica unicamente pelo Estreito de Gibraltar ²⁶, um acanhado braço de mar com 14,2 km de extensão, o espaço magrebino, em virtude da sua localização, serviu desde tempos remotos como elo de transmissão de influências que circularam nos dois sentidos (HRBEK, 2010b: 8; MAULL, 1959: 379).

Com o advento do Islã, a região, identificada na cartografia europeia como Berberia ²⁷, é incorporada à rede econômica que vicejava no mundo muçulmano, nesta desempenhando prestigioso papel.

Área de passagem entre Europa e África, o Magreb funcionou como antessala das vastidões sul-saarianas, em cujo plexo solar, impérios afamados por incontáveis riquezas (tais como o Ghana, Mali e Songhai), desde sempre atraíram a atenção do comércio internacional.

Neste sentido, uma ponderável fruição comercial demandando pelos mercados do Mediterrâneo, colocou em primeiro plano as cidades que se encarrapitavam nas reentrâncias da franja costeira setentrional.

Dessa forma, o processo de expansão marítima, inicialmente centrado nos países ibéricos, fatalmente vislumbrou os ancoradouros magrebinos como alvo para calçar sua hegemonia naval. Quanto ao mais, é preciso ter em mente que nesse momento histórico, a África era a meta precípua do mercantilismo. A Ásia e a América, só mais tarde exercitariam função central na engrenagem do capitalismo mercantil (WALDMAN *et alli*, 2007).

Na realidade, a avidez pelas docas marroquinas se inscrevia num complexo leque de arrazoados, sendo um deles o acesso às riquezas provenientes do interior da África. Decerto, a posse dos portos garantia a retaguarda do Périplo Africano. Todavia, conquanto a rota marítima para a Índia estivesse na mira dos europeus, o projeto necessariamente acatava prognóstico de ganhos que adviriam apenas no longo prazo, daí a cobiça pelos ativos portos do Magreb ²⁸.

Objetivamente, a afirmação do poder europeu no litoral vinculava-se à preocupação em controlar posições que respaldassem acesso aos cobiçados produtos oriundos de África adentro. Portanto, a conquista dos atracadouros litorâneos esteve bem mais

mediatizada por sua performance enquanto feitoria comercial do que como escala na Rota das Índias (SÉRGIO, 1983; COELHO, 1973).

Na visão luso-castelhana, o controle das praças litorâneas também envolvia o intuito confesso de prevenir quaisquer tentativas de revanche muçulmana em retomar a península. Disto advieram cuidados com a segurança no litoral da Berberia.

Par a par, era resguardada a vital passagem transoceânica do Estreito de Gibraltar, cada vez mais valorizada pela intensificação dos fluxos marítimos e comerciais entre o Mediterrâneo e o Atlântico e por seus inerentes atributos geoestratégicos.

Nessa pontuação, podemos identificar três atores emblemáticos na cena geopolítica regional. Obviamente um é o Marrocos. Historicamente, o espaço deste Estado se confunde com um antigo compartimento territorial, palco de sucessivas homologias político-territoriais (Cf. DUBY, 2011 e WALDMAN, 1997).

Repetidamente, os antigos Estados tradicionais assentados nessa seção do mundo magrebino articularam o litoral úmido norte-ocidental do continente com os patamares altimétricos da Cadeia do Atlas, mantendo ligações comerciais com a vizinhança saariana e da *Ifríquia* ²⁹.

Um segundo ator seria o Reino de Portugal, uma monarquia nacional precoce que numa arremetida ainda calcada no empolgação das lutas contra os mouros, cerca e toma a cidade de Ceuta em 1415.

Localizada próxima do Estreito de Gibraltar e parada final das rotas do Saara, a posse de Ceuta é conferida, na apreciação unânime dos compêndios de história, de significado cabal para a empreitada expansionista no ultramar. A conquista da cidade deu início a um inexorável cabedal de ofensivas que desde então, estiveram direcionadas para submeter os africanos às imposições do colonialismo ocidental ³⁰.

O terceiro ator é a coroa espanhola, cuja unificação é homologada em 1492, mesmo ano do dobre de finados de Granada, derradeiro reduto mouro em solo ibérico ³¹. Vale notar que o ativismo militar espanhol na costa marroquina afirma-se como um *continuum* da Guerra da Reconquista. Tão logo o Emirado de Granada é ocupado, a armada espanhola passa a fustigar e ocupar pontos estratégicos na orla magrebina. Neste sequenciamento, as *Plazas Fuertes* e os *Presídios* ³², de pronto se tornaram guardiães do poder espanhol na Berberia.

Recordemos que a identidade da Espanha como nação foi construída baseada na noção do país ser o inverso dos seus vizinhos do outro lado do Mediterrâneo. Decididamente, o Estado espanhol atrita com os poderes muçulmanos postados na margem oposta do mar numa relação marcada por extensa e infatigável sucessão de guerras, hostilidades e escaramuças.

Tal inclinação foi potenciada por rearranjos territoriais, que terminam agraciando a Espanha com o comando dos mares da Berberia às expensas de Portugal. A perda de prestígio da coroa portuguesa e o eclipse do país como potência marítima de primeira linha, abre espaço para a supremacia espanhola. Em 1640, ao final da União Ibérica, Ceuta está sob estandarte espanhol, situação oficializada no ano de 1668 pelo Tratado de Lisboa. *Ex positis*, a Espanha agora é tutora dos dois pilares que formam as Colunas de Hércules³³.

Mas, o poderio espanhol também estará sujeito a múltiplas vicissitudes. Tal como sucedeu em quase toda faixa litorânea da África nos tempos do mercantilismo, a presença hispânica nas beiradas costeiras do Marrocos foi mantida ao custo de uma entropia incessante.

A soberania castelhana se detém nas linhas defensivas da costa, uma autoridade espremida entre o mar e o território islâmico hostil, sempre atento às fraquezas e ao descuido das sentinelas das muralhas. Seja dito de passagem, um estado de coisas que impregna e se reflete na geografia anômala dos presídios:

“a distância em relação à península, inclusive no que respeita Ceuta e Melilla, a proximidade com uma costa hostil, sua escassa acessibilidade, extensão reduzida, forçando um adensamento dos quartéis, calabouços, baterias, cisternas, armazéns, depósitos de pólvora e habitações (aos quais se somam igrejas e capelas), a topografia escarpada e carência de toda classe de recursos, em especial de água, foram causa permanente de apinhamento urbano e dificuldades a toda prova para as tropas e os desterrados” (LINARES, 1998: 59-60).

Diante destes agravos, o motivo condutor para preservar as *Plazas de Soberania* decorre singularmente dos seus méritos locacionais. No final das contas, parecem ao menos afugentar o fantasma do revide sarraceno. Ademais, a guarda espanhola dos Pilares de Hércules permitia ao país posicionar-se a cavaleiro do Mediterrâneo, um privilégio indutor de indiscutível prestígio geoestratégico.

Todavia, não por muito tempo. A partir do século XVII, na medida em que o Reino Unido monta sua rede marítima mundial, Gibraltar desponta como ponto de apoio

indispensável para completar o colar de bases britânicas no trajeto para o Egito. Em 1704, durante a Guerra de Sucessão Espanhola, o Reino Unido apodera-se do local, garantindo a cessão deste sítio pelo Tratado de Utrecht (1713), impondo cláusula estatuinto a Inglaterra como senhora perpétua de Gibraltar.

Mas, a tentativa de impor a perpetuidade foi inútil. A ocupação do *Rochedo* (*The Rock* para os ingleses), jamais foi aceita pelos espanhóis. Nem poderia: a perda de Gibraltar implicou na convivência com um poder estrangeiro incrustado em ponto nodal da orla marítima andaluza.

Para piorar, num *locus* pleno de candentes reverberações identitárias e simbólicas para o *ethos* nacionalista hispânico³⁴. No patamar das relações internacionais, essa somatória de objeções inspirou verdadeira obsessão nacional em reaver o enclave, tema recorrente da chancelaria espanhola em todos os governos posteriores ao Tratado.

Tais discórdias foram reforçadas pela consolidação da Bacia do Atlântico Norte, catalisada pela abertura do Canal de Suez. A ligação do Índico com o Atlântico, duas bacias com forte densidade de contatos, tendo o Mediterrâneo enquanto via de interligação oceânica prioritária, confirmou ainda mais um papel de *pivot* para o Estreito de Gibraltar, acirrando disputas numa contextualização em que as potências colonialistas procedem à intrusão direta no interior da África, até então em grande parte insubmisso³⁵.

A partir desse pano de fundo, as circunstâncias vivenciadas pela Espanha são bem diferentes das que embasaram seus antigos dias de glória. Na segunda década do século XIX, praticamente todas suas colônias tinham se desgarrado da sua órbita. Os parques remanescentes do império castelhano original (Cuba, Porto Rico, Filipinas e a Ilha de Guam), lhe são arrebatados pelos Estados Unidos no frigidar da Guerra Hispano-americana (1898).

Mas, as *Plazas de Soberania* permaneceram espanholas. E mais: esse antigo legado histórico será trampolim para as últimas *razias* imperialistas da hispanidade³⁶. A coleira de fortins foi fundamental para que durante a Partilha da África, os espanhóis fossem contemplados com o protetorado da faixa costeira setentrional do Marrocos, o Marrocos Espanhol ou *Zona do Rif*³⁷.

Não fosse Ceuta, Melilla e os liliputianos bastiões costeiros, o Protetorado Espanhol do Marrocos, tripa de território rifeño que acompanhava de perto o encadeamento das possessões litorâneas, não teria como afirmar-se. Além disso, outro contributo

dos antigos presídios foi o de manter as terras do Magreb na linha de percepção imperialista da Espanha.

Neste senso, a tomada do Rif foi acompanhada da criação de possessões formadas a partir de portos e pedaços de território arrancados da soberania marroquina, caso do enclave de Sidi Ifni e de Tarfaya ou Cabo Juby, no trecho mais meridional das terras do Marrocos. No olhar espanhol, estes domínios formavam, junto com o Saara Ocidental e o Rif, seu novo império africano, legado obtido de guerras de agressão consorciadas às de outras potências imperialistas (Cf. Figura 6).



FIGURA 6 - A partilha do Marrocos tal como materializada no início do Século XX a partir de sucessivos acordos entre as potências: em vermelho, a área internacionalizada de Tanger, administrada por um consórcio de nações; em laranja, áreas sob domínio espanhol; em verde, os domínios franceses ((Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 19-07-2017)

Esses territórios, anexados entre o final do Século XIX e início do XX ³⁸, permitiram que a Espanha, à vista de ter sido forçada a aceitar que novos e mais poderosos concorrentes se apoderassem do essencial do Magreb (particularmente a França, que além da maior parte do Marrocos, arrebatara a Argélia e a Tunísia), pudesse ao menos observar-se na condição de potência colonialista. Entretanto, ainda assim permanentemente assediada pelo desassossego da resistência aborígine ³⁹.

A partir de 1956, quando da descolonização do continente, a França retira-se do Marrocos, que recupera sua independência. Em paralelo, Madrid viu-se compelida a seguir os passos dos franceses, e assim, as possessões espanholas também passaram para a administração marroquina. *Mas não as Plazas de Soberania*. Na alegação castelhana, estes redutos integram o território metropolitano espanhol e portanto, *a seu ver seriam inegociáveis*. Quiçá, seria possível sintetizar: *podem ser pequenos, mas são nossos, e para sempre* ⁴⁰.

Isso porque tais diminutos, contudo enormemente estratégicos bastiões murados, perseverando na capacidade de influenciar o jogo político internacional, são *ab integro*, imprescindíveis aos atores que pretendem brilho na arena geopolítica. Por extensão, as Praças de Soberania não são passíveis de definição a partir de um pretenso “saudosismo colonialista” ou enquanto “reliquias territoriais” casualmente honradas com os ouropéis da ocidentalidade.

Uma vez mais, estas primeiras cabeças de ponte da Europa na terra firme africana seguem ungidas por notórios condicionantes geoestratégicos. Posicionados de costas para a África, estes enclaves abrigam batalhões do Exército regular espanhol e fração ponderável da sua Legião Estrangeira ⁴¹, contingentes hoje coerentemente indexados ao borderô militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Contudo, é justamente tal certificação geopolítica que transforma o contencioso das *Plazas de Soberania*, assim como a disputada cidadela de Gibraltar, num interessante imbróglio modelar das adjudicações contraditórias que perpassam pelas cirandas diplomáticas, em cujos recônditos, as pulsões incitadoras do hegemonismo vem à tona persistentemente.

Nesta linha de argumentação, seria cabível registrar que dificilmente escaparia a um observador mais arguto o fato da reivindicação espanhola em prol da devolução de Gibraltar pouco ou nada diferir dos reclamos marroquinos pelos torreões litorâneos. Afinal, as duas proposições são unânimes em proclamar que uma mesma jurisdição marítima, a de cada Estado envolvido, teria prerrogativa de isonomia no seguimento

da linha de costa, titularidade considerada inalienável. Em resumo: Ceuta e Melilla não passariam de um Gibraltar ao contrário (THE ECONOMIST, 2002).

Quanto à Grã-Bretanha, este país aciona no referente à continuidade da sua gestão do *Rochedo*, argumentos que recorrem a cabedal idêntico ao levantado pela Espanha para justificar sua dominação dos portos magrebinos.

The Rock foi conquistado a uma potência beligerante e cedido por tratado internacional. *Então porque devolvê-lo?* E falhando a sustentação diplomática, sempre é possível apelar para o incunábulo da beligerância. Para dirimir dúvidas quanto aos sentimentos despertados pelo questionamento da posse do singelo penhasco, basta consultar o *motto* heráldico gibraltarino. Este peremptoriamente adverte: *Nulli expugnabilis hosti*. Tradução: *Nenhum inimigo nos expulsará*.

Tal passionalidade, se sustenta também nas dinâmicas sociais que se desenvolveram no *Rochedo* durante quase três séculos de isolamento das terras espanholas vizinhas. Gibraltar desenvolveu personalidade cultural própria, diferenciando-se da Espanha até mesmo pelo fato dos administradores britânicos terem transformado em letra morta, inúmeras disposições do Tratado de Utrecht. Dentre estas, as que proibiam terminantemente a presença de judeus e mouros no *Rochedo*, inciso simplesmente ignorado pelas autoridades inglesas ⁴².

Ad Rem, a Grã-Bretanha advoga em seu peticionamento, a inconteste aspiração dos gibraltarinos em manter-se sob sua tutela, o que dificulta a probabilidade de retorno da soberania espanhola. Colocando a questão em termos objetivos: em Gibraltar, consulta realizada em 1967 evidenciou inequívoca inclinação pela manutenção dos vínculos com o Reino Unido numa proporção de 99,19% dos votantes. Outro referendo, de 2002, propondo governança conjunta hispano-britânica, foi rejeitado por 98,48% dos eleitores. *In extremis*, trata-se de uma faceta que reduzindo a zero as aspirações castelhanas, solicita no caso das *Plazas de Soberania*, diversas ressalvas ⁴³.

Como seria possível conferir, a validade das deduções é condicionalmente lábil, flutuando de acordo com a chancelaria em foco. O juízo colocado por um dos lados acaba tendo por antípoda um arrazoado peremptório de idêntica índole urdido pelos opositores, semanticamente regurgitante de toda sorte de contra-argumentações.

Em síntese: o caso das *Plazas de Soberania* explicita um emaranhado diplomático de difícil equacionamento, vitaminado por forte inflexões geopolíticas, secundadas por sua vez pela investidura de narrativas enraizadas em legados histórico-geográficos conotados de incontestável poder inercial, arrazoados mais que suficientes para a

pertinácia dos impasses diplomáticos, realimentados igualmente pelas inflexões da ordem global.

Ponderações que em toda sua nitidez, se manifestam flagrantemente no litígio que envolve o território vizinho do Saara Ocidental, assentado numa ordem de motivos análoga aos das plazas de soberania, mas que destas difere por reportar ao que é considerado como sendo a última guerra colonial do continente africano.

IV. SAARA OCIDENTAL: UM NOVO AVATAR DO COLONIALISMO

Ao longo dos comentários que perfizeram esta avaliação em curso, vários territórios foram comentados em termos dos impasses que evocam. No caso das *Plazas de Soberania*, estão presentes contradições notórias, enraizadas em conflitos seculares.

No Índico francês, os conflitos são acesos, embora de data recente. Os arquipélagos britânicos do Atlântico, cujo isolamento é mantido por formidável massa oceânica, permanecem como território não-soberano num continente que se descolonizou a largos passos.

Não obstante, independentemente do grau de contradições que inserem ninguém conjectura de que tais litígios, posam ser alçados à esfera de uma hostilidade aberta. Nessa linha de interpretação, o retrato exposto pelo Saara Ocidental, contrasta extraordinariamente com os demais.

Afora a especificidade de ser a mais recente das desavenças territoriais de África, esse contencioso é marcado por um duro conflito armado. Conotação novamente ímpar, esta conflagração não opõe autóctones a europeus, mas sim, contendores africanos, a saber: o Reino do Marrocos e os insurgentes da Frente Polisário, que em 1975, proclamaram neste território, a República Árabe Saaraui Democrática (RASD).

Crivada de singularidades, compreender a polémica disputa pelo Saara Ocidental requer exame dos seus indicativos essenciais, a começar pelos que se afirmam nas dimensões do tempo e no espaço.

Assim, faremos breve retrospectiva da história e da geografia do cenário onde se desenrola o conflito. Nessa vertente, a toponímia inspira enunciado preliminar. O país, grafado até a década de 1970 como *Saara Espanhol* e/ou *África Ocidental Espanhola*, ao fim da presença castelhana é galardoado com outra designação: *Saara Ocidental*.

Coincidentemente, a oscilante certificação geográfica do topônimo clarifica diversas contingências históricas deste espaço. Ocupando um trecho centro-meridional da fachada Atlântica do Magreb, pesquisas antropológicas e datações arqueológicas revelam uma vocação da região como zona de contato. Desde a pré-história, pistas transaarianas cortavam o território e suas proximidades, unindo as Áfricas ao Norte e ao Sul do Saara ⁴⁴.

Na virada do I Milênio A.C., a domesticação do camelo enseja verdadeira revolução nas comunicações. O intercâmbio se acentua, contribuindo para um papel de proa desempenhado pela região nas trocas internacionais. Geograficamente, o Saara Ocidental se articula com um circuito espacial que interligava os impérios do Sudão ⁴⁵ e do Sahel ⁴⁶ com os portos da Berberia, os quais colocavam a África em contato com outras partes do ecúmeno terrestre.

Esse emolumento espacial indica que o Saara Ocidental recepcionou influências de dois sentidos: *Norte-Sul*, por intermédio da conexão entre o litoral magrebino e os impérios sudaneses ao Sul do Saara; e *Leste-Oeste*, atravessando a imensidão seca que solda espaços transcontinentais norte-africanos e médio-orientais, expondo a funcionalidade do deserto enquanto um grande corredor natural ⁴⁷.

Apresentando-se enquanto uma confluência de caminhos, o Saara Ocidental tornou-se destino de inúmeras correntes migratórias, que lentamente foram sedimentando povos das mais variadas origens. Não faltam registros do assentamento ancestral de etnias negras ⁴⁸.

Em tempos históricos, estes grupos interagiram de modo constante com berberes e eventualmente, com grupos originários do Mediterrâneo. Para complementar, levadas de clãs beduínos da península arábica lograram alcançar os confins atlânticos do deserto, onde se imiscuíram às comunidades radicadas no país (Vide BESENYÖ, 2010 e 2009).

Uma nota peculiar da história política da região é que embora dotada de antiga presença humana, não se presenciou a irrupção de uma formação estatal nativa. Vez por outra, o país esteve incorporado a governanças alógenas, que se impuseram ora a partir do Norte (mormente o Marrocos), ora a partir do Sul (caso da expansão Almorávida, que se iniciou no vale do rio Senegal).

Mesmo assim, a aceitação de qualquer autoridade estrangeira sempre esbarrou na incontável propensão autárquica das populações indígenas. Cabe realçar que mais do que uma relação com uma hierarquia estatal, historicamente as populações da região desenvolveram uma sintaxe social, econômica e política regulamentada por um universo tradicional de valores, cristalizada, por exemplo, entre grupos de pastores nômades e ocupantes sedentarizados dos oásis, esposando muitas culturas e origens étnicas.

Neste sentido, o que se conhece como Saara Ocidental é a área delimitada pela conquista espanhola a partir dos finais do século XIX. Uma ressalva necessária é a de

que a Espanha foi o primeiro poder europeu a encetar a dominação do interior território. Porém, de um modo ou de outro, durante toda o período colonial do mercantilismo, a autoridade das chefarias tradicionais no território se manteve praticamente intacta.

No entanto, isso não significa que do país tenha sido poupado pelo colonialismo europeu de tentativas de empossamento. No século XV, naus portuguesas e espanholas bordejaram continuamente a orla marítima. O famoso Cabo Bojador (cuja ultrapassagem em 1434 consta como grande feito da navegação portuguesa), é um promontório da costa saariana. E para além do seu significado náutico, esta proeminência costeira é o grande marcador histórico-geográfico da atuação dos navios negreiros na orla Atlântica da África ⁴⁹.

Especificamente quanto à Espanha existia também o préstimo da segurança do arquipélago das Canárias, situadas defronte ao *Saguia al-Hamra* e da região do Cabo Juby, no Marrocos. Essas ilhas, ao contrário dos Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, eram habitadas, ocupadas quando da chegada dos europeus por um povo conhecido como Guanchos ⁵⁰.

Desde os primeiros contatos com os europeus, os Guanchos se empenharam numa tenaz resistência ao domínio castelhano. Demandando 93 longos anos para serem finalmente conquistadas (1402-1495), as Canárias foram convertidas, com anteparo no extermínio implacável da população nativa, em escala de proa para as rotas rumo à América e África, tornando-se um baluarte naval e militar do poder espanhol.

Para a coroa espanhola, obcecada em manter essas ilhas sob sua guarda perpétua, era inevitável que lançasse seu olhar para o litoral saariano. Os desejos espanhóis pelo Saara Ocidental terminaram atendidos, juridicamente satisfeitos pela ratificação de tratados internacionais como o de Tordesilhas (1494). O passo seguinte seria a ocupação desse rincão. Nas décadas iniciais do Século XVI, pescadores das Canárias e da Andaluzia visitavam os mares da região. No litoral, um escambo esporádico se processava em empórios montados para obter escravos ou desenvolver permutas com grupos locais.

Entretanto, fracassaram todas as tentativas de controle direto do litoral ou de penetração mais a fundo no território. Tal como na maior parte do continente, incursões com esse mote eram temerárias tanto pelo desconhecimento do terreno por parte dos europeus, quanto pela peremptória reação nativa, permanentemente a postos para afugentar quaisquer intrusos (Vide FAGE et TORDOFF, 2010: 188-194; BESENYÖ, 2009 e 2010).

A Espanha precisou aguardar mais de quatro séculos para divisar uma oportunidade para redefinir o balanço regional de forças. O surgimento de armamento moderno como pistolas de tambor, fuzis de repetição, metralhadoras, artilharia, cobertura aérea e naval, irrompe como uma resposta capaz de zerar o *handicap* da altivez dos naturais da terra em toda a África. Em conformidade com a argumentação do poeta imperialista inglês Hillaire Belloc (1870-1953), não haveria mais nenhum embaraço possível a ser colocado pelos africanos ao avanço dos europeus: “*Aconteça o que acontecer, nós temos metralhadoras. Eles não*”.

Concertando com as demais potências o desembarque no Saara Ocidental, no ano de 1885 o governo espanhol reclama posse do território, principiando a penetração no interior. Mas, a despeito da acintosa superioridade tecnológica e logística do exército espanhol Espanha, a resistência dos nômades conseguiu retardar a ocupação das áreas interioranas até a terceira década do século XX. Somente em 1934 o Saara Espanhol foi oficialmente “pacificado”.

Para fins administrativos, a nova colônia, um naco nada desprezível de território (266.000 km², dividido em duas comarcas: *Saguia al-Hamra* ao Norte e *Rio de Oro* ao Sul), adotava como linha demarcatória ao Sul, o paralelo que cruza as proximidades do Cabo Bojador, e ao norte, deteve-se nas proximidades do que tradicionalmente consistiria num senhorio marroquino ⁵¹.

Repetindo um roteiro comum a todo ao continente, o domínio colonial se sustentou a duras penas, que para consternação dos castelhanos, foi de curta duração. No pós-guerra, cresce a mobilização antiespanhola. Pouco a pouco, esta se corporifica em duas correntes antagônicas quanto aos rumos da descolonização do território.

Uma, foi a que se cristalizou no seio nacionalismo marroquino, sendo seu expoente máximo o Partido *Istiqlal*. Esta agremiação, fundada nos anos 1940, exibia um perfil nacionalista, conservador e monarquista. Quanto às terras do Saara Ocidental, este partido advogava que a região pertencia ao espaço historicamente marroquino, uma área indevidamente usurpada por invasores estrangeiros. Para os partidários do *Istiqlal*, esta pendência aberrante somente apenas ser corrigida mediante o que entendiam como justificada incorporação do território ao Marrocos.

Quanto à população local do Saara Ocidental, a linha de posicionamento foi outra. A noção fundamental assentava-se na prédica de que os ocupantes tradicionais do país desfrutavam de personalidade histórico-cultural própria. A partir desse paradigma, a autonomia política e a constituição de um Estado soberano seria uma consequência lógica. Nos anos 1970, tal posição encontrou na Frente Polisário (acrônimo de *Frente*

Popular de Libertação do Saguia-al-Hamra e do Rio de Oro), o sustentáculo deste entendimento e da reivindicação independentista.

Seguramente, dada a discrepância dos dois projetos quanto ao futuro do Saara Ocidental, pontuar tal controvérsia reclama apensos históricos e geográficos adicionais. Fundamentalmente, porque ter sido nesse campo que as duas proposições ganharam corpo e entraram em conflito.

Nesse prisma, impõe-se a certificação de que o Estado tradicional marroquino atuava em moldes diferentes dos que regem as formações estatais modernas. No Marrocos, o poder do sultão (como era típico dos aparelhos de Estado do mundo da tradição), tinha cobertura espacialmente circunscrita.

Abarcava uma fração do reino, e nesta, a vontade do mandatário era irretorquível. Contudo, a lealdade de muitas províncias era duvidosa, não necessariamente seguindo as determinações do monarca. Deste modo, a autoridade do sultão era notória, sobretudo, no *Bilad el-Makhsen* ⁵². Compreendia a terça parte do Marrocos, confinando ao Sul com os contrafortes da Cordilheira do Atlas.

Nos dois terços restantes vigorava o inexpugnável *Bilad-es-Siba* ⁵³. Quer dizer, as “terras de ninguém”, não-desbravadas, distantes, selvagens e/ou insubmissas, áreas problemáticas ocupadas por nômades ciosos de sua autonomia, agricultores de oásis autossuficientes e por indômitas comunidades montanhesas. Nestes espaços, o mando do governante era nominal, passível de ser legitimado somente mediante acordos e negociações com as chefias locais (Vide FAGE et TORDOFF, 2010: 449-450; DÖPCKE, 1999: 80; MAULL, 1959: 206,).

Conclusivamente, a pesquisa historiográfica demonstra é que no máximo, e ainda assim tardiamente, a atuação marroquina no espaço do Saara Ocidental se restringiu à celebração de pactos com um restrito grupo de clãs setentrionais, ao passo que nos imensos espaços que lustram as extensões centrais e meridionais, a autoridade do sultão era desconhecida.

Para sintetizar: está claro que no passado nunca existiu uma autêntica soberania marroquina sobre o país. Na apreciação da Corte Internacional de Justiça, não pode ser encontrado sinal de presença histórica e política do *Makhsen* no *hinterland* do Saara Ocidental. Nem mesmo na forma de coleta eventual de impostos. Indo direto ao ponto: se outrora o Marrocos exerceu algum tipo de domínio sobre esta região, é necessário consignar o reparo de que essa presença além de superficial, sequer foi contínua (BESENYÖ, 2010: 213).

Arrematando, retenha-se que numa volição antropológica o povo do Saara Ocidental (os *Saaraui* em língua portuguesa ou ainda *Saharawi* em inglês), é compósito. Dentre os protagonistas básicos estão grupos negro-africanos e berberes, mestiçados entre si com alguma contribuição árabe beduína.

Estimados em 2010 em 250.000 pessoas, o povo Saaraui, distinguindo-se por traços identitários próprios, pura e simplesmente não se considera marroquino. A rigor, os Saaraui, “são um povo híbrido com uma linguagem híbrida, o *Hassaniya*. Sua música é predominantemente africana, os nomes dos lugares são predominantemente berberes, a religião é o islamismo sunita e as palavras para descrever os utensílios cotidianos são espanholas” (Cf. MUNENE, 2010: 84).

Ademais, uma nuance frequentemente esquecida é que a posição marroquina incorpora forte pendor desestabilizador para o todo o Magreb. A ideologia política do *Istiqlal* reiteradamente coloca no centro de sua percepção um irredentismo que nega existência nacional não somente aos Saaraui, como também aos mauritanos.

O Saara Ocidental e a Mauritânia, somados com a quinta parte da Argélia, Norte do Mali e parcelas do Senegal, deveriam ser repassados ao Marrocos. Aos olhos do *Istiqlal*, estes territórios são legitimamente parte integral do espólio marroquino, queiram ou não suas populações compactuar este ponto de vista ⁵⁴.

Nesse panorama, um complicador adicional foi a presença colonialista espanhola. Indubitavelmente, a simbiose da ideologia franquista com um ideal autoritário de glória nacional, mesclado a uma mística militarista propensa a exercitar soluções de força, constituiu óbvio empecilho para a evacuação do Saara Ocidental.

Pois então, não é nada surpreendente que a agitação nacionalista Saaraui tenha sido objeto de implacável repressão, exercida com selvageria desenfreada pelas forças de ocupação e de segurança da Espanha. Porém, o empenho das autoridades coloniais não conseguiu abafar o descontentamento. Pelo contrário, terminou convencendo os independentistas de que a única saída possível era a luta armada, que eclode em 1973 tendo à sua testa combatentes da Frente Polisário.

Nesse ínterim, se acumulavam em solo metropolitano, diversas dificuldades para o regime franquista. A bem da verdade, Francisco Franco exibia uma biografia bem pouco prestigiosa. Cronicamente reacionário, fora aliado de Hitler e Mussolini (que, aliás, patrocina sua vitória contra os republicanos).

Após a II Guerra Mundial, o governo de franquista foi durante muitos anos um paria internacional. A relativa bonança econômica da Espanha nos anos 1960, assim como a reabilitação do franquismo pelo bloco ocidental como parceiro no enfrentamento da antiga União Soviética, forneceram algum oxigênio ao regime.

No entanto, o franquismo como proposição política foi inexoravelmente definhando. Somando-se às críticas no plano internacional e da mobilização dos trabalhadores, o repúdio despertado pelo regime em múltiplos setores da sociedade espanhola, o encorpamento da luta anticolonial e a inexistência de diálogo com a intelectualidade, veio juntar-se a saúde débil de Francisco Franco, que aos finais de 1974, mostrava nítidos sintomas de senilidade.

Nos primeiros meses de 1975, a sensação de desmoronamento do franquismo era onipresente. Neste ínterim, o Marrocos, sequioso de anexar o Saara Ocidental, aproveitou este momento de fraqueza para impor suas reivindicações. Num contexto em que a Espanha assistia à saída de cena de Francisco Franco, a administração marroquina organiza a chamada “Marcha Verde”, formada por uma multidão de 350.000 pessoas, que acompanhada de 25.000 soldados, penetrou “pacificamente” no Saara Ocidental.

Submergindo o território com uma verdadeira avalanche de apoiadores, a pressão marroquina criou uma situação sem volta, determinante para a Espanha assinar o Acordo de Madrid (14-11-1975). O documento atribuía a maior parte do território ao Reino do Marrocos. Com o fito de obter aquiescência da Mauritânia à ocupação, um pequeno trecho do Rio de Oro foi oferecido para a jurisdição desse país, que desse modo se consorciou na partilha do botim saariano.

Em Fevereiro de 1976 a Espanha retirou suas tropas. A Frente Polisário, encorajada pela Argélia, preenche o vácuo político proclamando a *República Árabe Saaraui Democrática* (RASD). No plano internacional, o acontecimento provocou fortes reações da diplomacia ocidental. Note-se que na África, o clima gerado pela Guerra Fria tinha insuflado claro acirramento dos ânimos. Na ótica estadunidense, a União Soviética agia com irritante desenvoltura política do continente.

A respeito do Saara Ocidental, declarou categoricamente o então Secretário de Estado Henry Kissinger: “Os Estados Unidos não permitirão outra Angola postada no flanco ocidental do Atlântico” (MUNENE, 2010: 109). Sendo esse o preâmbulo da chancelaria dos Estados Unidos, tanto o programa político da Frente Polisário quanto a aliança com a Argélia, país cuja plataforma diplomática era reconhecidamente

questionadora do Ocidente, catalisou auxílio francês e norte-americano ao Marrocos, aceito como fiador de um “domínio confiável” do Saara Ocidental.

Não obstante, no fragor da guerra as forças da RASD lograram sucesso em várias batalhas, colocando a Mauritânia fora de combate em 1979 e acossando o exército do Marrocos no próprio território deste país.

Contudo, o envolvimento das potências ocidentais, sustentando a intervenção do Marrocos em todos os foros internacionais e fornecendo-lhe generoso auxílio militar, abriu-lhe as portas para ocupar fração majoritária do Saara Ocidental, inclusive a fração dantes repassada à Mauritânia pelo Acordo de Madrid.

Paralelamente, as ações militares marroquinas obrigaram a maioria da população *saarauí* a procurar abrigo e proteção na Argélia. Configurando um êxodo de largas proporções, acredita-se que atualmente, na região do Tindouf, no Sul da Argélia, 175.000 fugitivos e seus descendentes (75% dos Saarauí), sobrevivam em campos de refugiados.

Nos anos 1980, o Marrocos fortalece a ocupação, efetiva em grandes extensões do território. Mesmo que a guerrilha Saarauí tenha mantido operações de fustigação, o conflito então entra numa fase de intensidade mais baixa. No ano de 1991, é obtido um cessar-fogo com intermediação da ONU. Mas, a trégua, negociada com o intuito de promover plebiscito sobre o futuro político do Saara Ocidental, tornou-se em si mesma, um desgastante nó górdio.

Dado fartamente documentado, durante mais de quinze anos a administração marroquina incitou um adensamento populacional com grupos estranhos ao país, beneficiados pelo vazio demográfico açulado pelas ações do próprio Marrocos. No entendimento da Frente Polisário, esses colonos, presentemente formando a maioria da população, não poderiam participar de uma consulta sobre um território do qual não são originários. Todavia, com o Marrocos postulando premissa diametralmente oposta, o plebiscito tornou-se virtualmente impossível (BESENYÖ, 2009).

Nesse cenário, a RASD permanece senhora das porções orientais do país, cerca de 20% do território. Neste espaço, declarado “área liberada”, localiza-se a capital simbólica da república, a localidade de Bir Lahlou ⁵⁵. A jurisdição da RASD é delineada pelo *Berm*, extenso “muro de contenção” erguido pelo esquema militar marroquino para deter incursões da Frente Polisário nos espaços sob seu controle. Estendendo-se por mais de 2.000 km de extensão, trata-se seguramente da mais longa fronteira fortificada em áreas de litígio do mundo atual (Confira-se Figura 7).



FIGURA 7 - O *status quo* do Saara Ocidental hoje. No mapa, a linha mais densa, em cor laranja, cortando o território do país, representa o *Berm*, com as terras a Oeste controladas pelo Marrocos e a Leste, pelas forças independentistas da RASD (Fonte: < <http://ontheworldmap.com/western-sahara/large-detailed-political-map-of-western-sahara.html> >. Acesso: 01-09-2017)

Enquanto isso, diante do fato consumado de que controla 80% do território saarauí e contando com o apoio dos migrantes, o Marrocos mantém em suas mãos a parte do leão das riquezas do país: a extração do fosfato dos legendários jazimentos de Bou Cra (que apresentando teor de 80% de pureza, é uma cobiçada *commodity* de origem mineral), e a pesca, desenvolvida no litoral do Saara ⁵⁶.

Na agenda econômica de Rabat consta também uma promissora atividade petrolífera na plataforma continental e jazidas de minérios valiosos à espera de serem prospectados (titânio, vanádio, ferro e urânio). Deste modo, cada vez mais o Saara Ocidental tende a tornar-se um apêndice da economia marroquina, aprofundando a despersonificação do país.

No entanto, nada disso subentende que o conflito esteja estabilizado. *Está contido, mas não solucionado*. Tecnicamente, a ONU mantém desde 1963 o Saara Ocidental na lista dos territórios não-soberanos. A União Africana (do mesmo modo que sua predecessora, a Organização da Unidade Africana) considera a RASD como a única entidade política representativa do território. Dito de outro modo: a RASD é aceita como uma nação *de jure*. Todavia, existe *de facto* unicamente na estreita faixa de território a Leste da zona dominada pelos marroquinos.

Lado a lado com essa singular pendência internacional, a situação constitui o único caso de território continental africano que permaneceu sob jurisdição alógena, uma dominação exercida não por europeus, mas por um país africano, o Marrocos, que para tanto contou com o beneplácito dos antigos ocupantes espanhóis e com o apoio das potências ocidentais.

Quanto à diplomacia marroquina, o desacordo aceso com a União Africana a respeito da RASD, é apenas mais um capítulo de um memorial conflituoso com os países vizinhos. Por exemplo, em 1960 o Marrocos recusou-se a anuir com a independência da Mauritânia e manobrou para bloquear o ingresso deste país nas Nações Unidas, rompendo relações diplomáticas com a Tunísia em razão de seu reconhecimento da jovem nação como Estado soberano.

Além disso, no ano de 1963, imediatamente após a independência da Argélia, tropas marroquinas deflagraram a inglória *Guerra das Areias*. Violando a fronteira com um ataque maciço, os invasores tinham por ordem do dia assenhorear-se a força de territórios fadados a integrar o chamado “Grande Marrocos”. Após três semanas de intensos combates, os avanços do exército real foram contidos, que abandonou a Argélia após intervenção da OUA e da Liga Árabe.

Com esse histórico, não admira que a chancelaria do Marrocos tenha promovido o desligamento do país da antiga Organização da Unidade Africana em razão do apoio da entidade à RASD. Posteriormente, repudiando o ingresso da RASD como membro efetivo da União Africana, o Marrocos reatualizou seu posicionamento, recusando-se a participar do organismo.

No contexto africano, seria digno de menção o quanto as fronteiras herdadas do colonialismo e o *status quo* dos novos espaços nacionais pode reverter em querelas territoriais empapadas de índole desagregadora, inclusive num continente formado por um mosaico de jovens nações soberanas.

Mais especificamente, a postura do Marrocos, que conforma de igual para igual um dentre vários irredentismos pouco ou nada citados, lança um potente luzeiro para a questão candente da dominialidade estatal, viés do qual a África não está alheia (Cf. DÖPCKE, 1999: 89 *et seq*).

Aliado a este questionamento, um outro parâmetro não admite silêncio: o de que o colonialismo apresenta múltiplas faces, sendo nesta cadência permissível, como bem o demonstra a ocupação do Saara Ocidental, que seu interlocutor direto possa ser encabeçado por um poder estatal africano.

São certificações que justificam na sua complexidade, um arrolamento que sintetize a diversidade dos nexos elencados por este material, discriminando similaridades e diferenciações presentes nos casos estudados. E nesse caminho, o que pode ser aventado e estabelecido como matriz de interpretação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição tecida ao longo desse material teve por intenção lançar luz em litígios territoriais cujo fio condutor desvela modalidades heterogêneas de manifestação do colonialismo no continente africano.

Em conformidade com o que foi anotado, enquanto epifenômeno, cada uma das pendências analisadas é plenificada por recortes nos quais contraposições políticas e territoriais explicitam-se sob o signo das relações contraditórias que comandam o vai e vem da política internacional (Cf. HIRSCH, 2010: 197-240).

Outrossim, as disparidades e contradições de cada acervo dominial pode aceder a analogias, permitindo a confecção de uma interpretação que atenta a processos taxonomicamente diversos, expõe uma genealogia impregnada dos dinamismos mais amplos que regem as territorialidades em disputa. Consequentemente prestam-se, por essa via, a retratar motivações nodais que animam a persistência destes litígios no espaço e no tempo.

Isso posto, reconhecemos três linhas de entendimento habilitadas a discernir as faturações que subsidiam, na ótica da descolonização, a permanência de espaços notabilizados por *status* anômalo. Inextricavelmente articuladas entre si, tais linhas seriam:

- As inferências relacionadas à geografia política do continente em seus inelutáveis laços mantidos com os processos históricos;
- As recorrentes interfaces aprovisionadas pela ordenação dos condicionamentos econômicos, especialmente no apenso dos insumos naturais;
- As relações internacionais, envolvendo a ordem global e nesta senda, a agenda do multilateralismo.

Exatamente inspirados neste encadeamento, seria possível estabelecer um marcador conclusivo essencial. Trata-se daquele que distingue o Saara Ocidental das demais pendências em curso no continente.

Foi visto, a existência de ilhas e torreões sob domínio europeu é contrafactual ao desmantelamento da dominação colonial direta. Não importa muito que Reunião e os redutos espanhóis sejam espólios advindos da primeira vaga das conquistas

européias ou não. Os espaços sob domínio da Espanha e da França, tal-qualmente aos da Inglaterra, chegam aos nossos dias sancionados historicamente pelo mesmo colonialismo novecentista, a chamada época de ouro do imperialismo, uma indução que desvela sua natureza e os papéis aos quais se atém até os dias de hoje.

Mas, a trama que marca a ocupação do antigo Saara Espanhol é outra natureza. Os arquipélagos, promontórios e fortalezas que permaneceram nas mãos europeias estão revestidos da regalia de *sujeito* da ação colonialista. Numa via oposta, o Saara Ocidental destaca-se no mapa dos litígios territoriais como *objeto* de interferência estrangeira.

Neste parecer, a singularidade do contencioso ter como potência ocupante um Estado africano (qual seja, o Marrocos), não contradiz seus significados concretos. O caráter alienígena da ocupação é translúcido, aparecendo em tonalidades claras e inequívocas, repleta de interfoliações belicosas que pouco ou nada permitem diferenciá-la das sucessivas agressões encetadas pelos europeus contra os povos da África.

Na esteira deste entendimento, um dos seus elos é a desterritorialização dos Saarauí, que corre em paralelo com o saque das riquezas naturais do território ancestral do qual foram agressivamente alijados. Sabidamente, o continente africano observou vários padrões de expropriação dos autóctones pelos imperialistas ocidentais, sendo que operações com esta premissa tiveram por prelúdio o massacre dos Guanchos perpetrado pelos espanhóis já no Século XV.

Estas injunções truculentas também estão rubricadas em episódios como o genocídio dos Herero da Namíbia pelo exército imperial alemão, pelas *razias* punitivas dos belgas na Bacia do Congo, pelo confisco das terras dos Kykuyo no Quênia pelas autoridades britânicas e na usurpação das herdades comunais dos Kabiles da Argélia pelos administradores franceses. Porém, eis que a evacuação da África pelos antigos dominadores encontrou num Estado nativo, o Marrocos, um novel expoente desta política.

Todavia, assevere-se que o Saara Ocidental não é o único exemplo de confrontos opondo, em nível do continente, detentores do poder de Estado a grupos não-hegemônicos. De antemão, sem esquecer que a imagem universalizada pela mídia de uma África mergulhada em guerras infundáveis é inadequada e não condiz com a realidade, isto não nega a ocorrência de conflitos que tal como nas plagas saarianas, estão impregnados de propensão mandonista.

Nessa verificação, figurariam a guerra civil que durante quase 40 anos ensanguentou o Sudão, opondo a governança arabizante de Kartum às etnias não-árabes e cristãs do Sul deste país; o prístino antagonismo opondo os *haratin* ⁵⁷ à elite de língua árabe da Mauritânia; as lutas dos Tuareg do Mali contra o poder central de Bamako ⁵⁸ e assim por diante.

Ao lado destes antagonismos, caberia listar irredentismos de base etnográfica e/ou histórico-geográfica, que açulando disputas envolvendo o traçado das fronteiras, se assemelham ao litígio do Saara Ocidental. Numa visada sucinta, poderíamos elencar o projeto da “Grande Somália”, pleiteando a anexação de todo o Ogaden, do Djibuti Oriental e o Nordeste do Quênia à Somália propriamente dita ⁵⁹, e para arrematar, a apaixonada ambição cultivada por nacionalistas da Etiópia em anexar a Eritreia, que outrora, foi a janela para o além-mar dos antigos reinos abexins.

Tal como no Magreb, a conversão dessas pulsões anexionistas não saciadas a um padrão moderno de conflagração armada, teve, embora não possa ser destacado enquanto elemento motivador em si, patente quinhão de interferência externa a dinamizá-las, carreando infortúnios e fortalecendo a dependência dos contendores de patrocinadores estrangeiros.

Como seria possível aferir, a abolição da dominação direta, pedra de toque da descolonização, alterou o contrato político nos Estados nascentes, passando a administração a ser exercida por novos atores nativos. Entretanto, enquanto tal esta metamorfose do poder não reforçou o aparato de Estado, nem carregou benefícios às populações.

Não admira então que muitos países africanos, deixando de traduzir a independência em ganho real para seus povos, tornaram-se presa fácil dos enfrentamentos que caracterizaram as relações internacionais no período pós-independência. A partir deste campo de força, querelas de longa data, desacordos regionais e descompassos sociais e econômicos, terminaram recompostos no calor de rivalidades radicais, em cujos bastidores, eram costurados projetos de impacto mundial (Vide LOHBAUER, 2008: 128-129 e 135).

Em poucas palavras: mesmo sendo real que as turbulências políticas do continente são detentoras de *animi motus* próprio, sua edição num quadro contemporâneo as conectou às fricções internacionais e incisivos interesses econômicos. Assim sendo, em tal consecução, os móveis do conflito saariano não se restringem aos reclamos irredentistas do *Istiqlal* marroquino ou ao programa político da Frente Polisário e sua aliança com a Argélia.

Mais amplamente, a genealogia deste embate, embora firmado em cristações locais, denuncia contumaz impulso expansionista, que agora sob novas roupagens, oculta modelos reincidentes de supremacia política, econômica, social e cultural, fenômeno que farta literatura especializada tem classificado como neocolonialismo.

Desta feita, a preponderância dada, por exemplo, por Kwame Nkrumah à esfera do político comprovou-se errônea. Certo é que não há como contestar a primazia da “conquista do reino do político”, no patamar de uma vivência colonial. Na sequência, o esforço dos africanos em adquirir soberania política antes qualquer outro passo, ao menos em parte seria absolutamente procedente.

Porém, o bordão de Nkrumah obscurecia uma distinção seminal ensinada pela boa filosofia: a que se estabelece na diferenciação entre *condição necessária* e *condição suficiente*. Indiscutivelmente, a autodeterminação política *é condição necessária* para satisfazer aspirações essenciais dos povos colonizados. *Mas por si só a soberania política não é suficiente*. É o que o neocolonialismo comprova sem deixar quaisquer sombras de dúvida (MAZRUI, 2010b: 125; FAGE *et* TORDOFF, 2010: 516-549; *passim* WALDMAN *et alli*, 2007).

Deste modo, em sendo clara a existência de litígios eivados do papel de *objeto*, se torna plausível discutir sua contrapartida. Qual seja: aqueles espaços que se afirmam enquanto *sujeito* da ação colonialista, um protagonismo que em África, tem por foco os baluartes europeus. Com base nas certificações tecidas em diversos parágrafos, podemos detectar traços similares nos ilhotes, fortins e arquipélagos dominados pela França, Reino Unido e Espanha.

Ponderando-se nos termos da variável basilar que percorreu o fluxo deste texto, a saber, *as conexões que atam espaço e poder*, seja nas Praças de Soberania, no BOT dos arquipélagos atlânticos e nos Departamentos e territórios franceses no Índico, estão conectados por uma significação objetiva - *mas não adjetivada* - que tipifica estes espaços como “residuais”.

A par disso, os enclaves espanhóis não passariam, por exemplo, de pobres restos de um cordão de fortalezas que no período seiscentista, adornavam naco ponderável do litoral norte-africano. As atuais Praças de Soberania, junto com Tanger e Arzila na boca do Mediterrâneo, eram parceiras de Túnis e de Bizerta, na Tunísia; de Bougie, Mazalquivir, Bone, Alger e Oran, na Argélia; e mais ao longe, de Trípoli, na Líbia.

A este majestoso colar de cidades fortalezas, foram somadas durante a União Ibérica (1580-1640), as feitorias lusitanas da orla atlântica marroquina. Quão pouco restou

desta articulação espacial, e quão miseráveis são seus remanescentes, se pensarmos nas dimensões ciclópicas do extinto Império Espanhol!

Não seria outra a indicação a ser endereçada às possessões britânicas do Atlântico e gaulesas do Oceano Índico. No período de maior glória do imperialismo, estes estabelecimentos integravam uma rede regional e mundial de guarnições insulares e postos de comando litorâneos.

Contudo, sua função, embora vital, não possuía o *glamour* das possessões coloniais da terra firme. Lá sim localizavam-se as incontáveis riquezas, as vastidões estonteantes, sertões tropicais imersos na paisagem natural e a multidão de súditos cativos e obedientes, aos quais a França e a Inglaterra se propunham a ensinar os rudimentos da civilização ocidental. Mas atualmente, tais arquipélagos são tudo o que restou da derrocada dos impérios. Quão insignificante parece ser essa herança!

Entrementes, embora nem de longe equiparáveis à imensidão dos antigos “países coloniais” no ápice do seu brilho, a permanência destes territórios sob bandeira europeia por si só instigaria investigar as motivações que as justificam. Devemos reter que no espaço, não há lugar para acasos, desatinos ou para a desordem. Mesmo aquilo que é aparentemente desordenado, reflete predisposições, assunções e devires suscitados pela própria ordem (Cf. SANTOS, 1988: 66).

Nesta linha de abordagem, compreender a perdurabilidade dos pequenos redutos coloniais solicita que sejam retomadas duas noções axiais discutidas páginas atrás:

- A *primeira* refere-se à admoestação de que evacuação das antigas colônias não esteve atada a nenhuma “boa vontade” das grandes potências. O fim da dominação direta acontece sob o signo de pressões estruturais às quais o colonialismo não conseguiu fazer frente, alterando para sempre a geografia política do continente.
- A *segunda* nos predica sobre a inexistência de parcelas “desprezíveis” do espaço geográfico, sinalizando para um valor locacional das possessões. Neste sentido, seria forçoso sufragar nuança nada casual a essas rugosidades: sua filiação a esquemas de controle e de vigilância.

Compondo nos dias que correm o grosso dos espaços sob tutela europeia, tal constatação não pode se furtar ao exame das atribuições e aptidões dos fortins e arquipélagos numa estratégica geopolítica atinente não só à África, como também ao conjunto das terras emersas, que se esgarça no compasso de profundas transformações históricas.

Detalhando este comentário, consenso assentado por pródiga coleção de estudos atesta que mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XX obrigatoriamente abriam caminho para a desagregação dos impérios coloniais em África: “O fim da preponderância europeia e a difusão de novos modos de ação econômica, de novas ideologias e de novas estruturas sociais através do mundo tornaram impossível manter domínio político direto sobre os países dantes colonizados” (CLAVAL, 1979: 212).

Contudo, tal averbação não estava clara aos olhos dos colonialistas. Eis a explicação da recidiva reticência que marcou a retirada dos antigos mandatários em muitos teatros da descolonização. Cabalmente, em toda parte onde o colonialismo divisou possibilidade de manter alguma vantagem política ou rincão de solo africano sob seu tação, não importando quão pequenas pudesse ser esta possessão, foi exatamente nessa direção que o poder metropolitano agiu, mesmo nos seus estertores ⁶⁴.

Isto significa que os impérios não se esboroaram arrastando consigo a totalidade do espaço dantes sob seu controle. A ruína do colonialismo foi acompanhada da perda da maior parte dos antigos domínios, que se reduziram progressivamente ao núcleo metropolitano, fonte do seu poder.

Destarte, isso não consumou a liquidação total do espólio ultramarino. Tendo por eixo este cotejamento, uma rápida visualização dos mapas destaca que as últimas possessões europeias na África compartilham do destino comum de serem fragmentos de um arcabouço bélico, estratégico e logístico que antanho, era bem mais complexo e influente.

Em comum, todas as dependências remanescentes estão localizadas junto a passos oceânicos e/ou pontilham as rotas marítimas. Esta peculiaridade torna sua posse extremamente desejável, justificando investimentos e cuidados com sua proteção e segurança.

Nesse prisma, não admira que o colonialismo tenha demonstrado tenacidade assaz maior nos pontos do planisfério cooptados para sustentar bélica e logisticamente a aplicação da sua *weltpolitik*. Expressão de um programa repleto de exortações ambiciosas, este prontuário descortina um *modus operandi* em nível global, invectiva esta que forçosamente, priorizou o reforço das fortalezas oceânicas e dos seus suportes litorâneos.

Confirmando esse julgamento, não é fruto do acaso que as Praças de Soberania sejam a única base territorial que sobreviveu à extinção do Império Espanhol. Seu

congênera francês foi apagado de largas porções da cartografia política. Mas seus redutos persistem e nessas modestas emanações de terras emersas, o pendão da França segue orgulhosamente hasteado ⁶⁵.

Igualmente, as porções cor-de-rosa dos mapas-múndi, representando as terras sob a tutela dos ingleses, foram largamente suprimidas. Contudo, a antiga coluna vertebral do Império Britânico, materializada na teia planetária de bases navais, corresponde praticamente aos últimos territórios nos quais ainda rufla a *Union Jack* ⁶⁶.

Nessa aproximação, subsistindo sob o manto de diferentes legitimidades e jurisprudências, os citados aspectos locacionais foram (e o são), altamente decisivos para inspirar as metrópoles no zelo pela sua posse, ainda hoje não admitindo qualquer ameaça à sua titularidade.

No que atesta esta ponderação, o incidente do ano de 2002 envolvendo o ilhote de Perejil, não permite dúvidas. Compreendendo ínfimos 15 hectares, Perejil motivou séria contenda entre Espanha e Marrocos. Estéril e desabitada, e localizada a tão só 200 metros da costa marroquina, o ilhéu alimentou a princípio uma batalha verbal que rapidamente adquiriu contornos de incidente internacional.

Acontece que esta talisca de terra emersa é um irritante aguilhão nos intentos do Marrocos em impor seu senhorio às águas do entorno atlântico das Colunas de Hércules, conferindo, pois a um incontestável troféu geopolítico. Consecutivamente, após emitir várias notas agressivas, o governo de Rabat ocupou Perejil em meio a um verdadeiro delírio nacionalista.

Mas para a Espanha, a insolente contraofensiva moura, não poderia passar impune. Tamanho atrevimento seria merecedor de castigo exemplar. Rufando tambores de guerra, Madrid reagiu com a *Operación Romeo-Sierra*. Prontamente, desalojou os inoportunos marroquinos com um cinematográfico desembarque de tropas de elite e de comandos espanhóis, tendo ao fundo tonitruante reforço aeronaval e soldados da Legião Estrangeira.

No frigidar das vaidades nacionais, e com as duas partes elevando cada vez mais o tom das animosidades, os Estados Unidos, país com laços de longa data com Madrid e Rabat, decidiram entrar em cena para apaziguar o ânimo dos litigantes. Na ocasião, Colin Powell, Secretário de Estado dos EUA, encabeçou rodadas diplomáticas, conseguindo restaurar o *status quo ante bellum*. Perejil retornou à sua condição habitual: ilhote desolado, pedregoso e desabitado. *Mas que no olhar de Madrid manteve-se orgulhosamente espanhol.*

Como seria permitido aferir, o que unanimemente as dependências europeias remanescentes evidenciam é o quanto as declinações logísticas dos aparatos bélicos e militares resistem às desventuras da história, impondo-se enquanto elemento que se imiscui permanentemente a cenários em metamorfose constante.

Preservados como peças críticas na engrenagem geopolítica, o repertório locacional substantivado nos fortins marroquinos e nos arquipélagos oceânicos, incorpora estupenda força inercial ⁶⁷, magnetizados por injunções de uma política mundial que recidivamente, sobrepõe projetos opostos entre si, reavivando e magnetizando o potencial estratégico de nesgas de território e neste seguimento, predispondo-os a reforçar alentos inspirados no hegemonismo.

Portanto, se a geografia dos conflitos e a história pregressa dos bastiões auxiliam na compreensão da atuação do colonialismo em África, o adereçamento outorgado aos ilhéus, promontórios e fortalezas em outras e novas conjunturas, dá a conhecer uma reestruturação de funções, que no bojo das contradições que possam constranger os fluxos marítimos e as demandas inerentes à sua segurança, terminam por reclamar os serviços a serem prestados por estes valiosos espaços e seus formidáveis dotes geoestratégicos.

Deste modo, se no passado esses sítios estavam postados no comando de processos expansivos, hoje estão acomodados ao papel prioritário de sentinelas ou de malhas de contenção. Diante disso, as *Plazas Fuertes* não mais se prestam a pavimentar ofensivas contra potentados muçulmanos, os arquipélagos do Índico não se voltam contra Madagascar e tampouco, as ilhas atlânticas do Reino Unido desempenham qualquer função como plataforma de assédio ao continente.

Não obstante, claro está, por exemplo, que os bastiões espanhóis, mesmo abdicando do pressuposto de servirem de trampolim para a conquista cristã do Magreb, foram reposicionados como uma espécie de muro de contenção dos imigrantes ilegais do Terceiro Mundo, emolumento ao qual obviamente, se conjumina ao da vigilância do Estreito de Gibraltar.

Para a Inglaterra, suas preciosas ilhas atlânticas deixaram de fazer sentido para seccionar o intercâmbio entre as duas margens do Atlântico. Mas, estão a postos para acompanhar o trânsito dos superpetroleiros que acodem aos portos da União Europeia. Quanto à França, os arquipélagos do Índico não mais funcionam como plataforma para invasões e conquistas, seja na direção das Índias ou da África. Porém, permanecem essenciais para fiscalizar a Rota do Cabo, com lastro, mesmo

que isso seja imperceptível a primeira vista, nas ilhas atlânticas do Reino Unido (Cf. PAIVA, 2011; PENHA, 2010 e WALDMAN, 2010b).

Seguramente se coloca para os enclaves espanhóis, dependências francesas e para o *British Overseas Territory* do Atlântico, uma equação político-estratégica que pode ser remodelada de chofre, consoante a volatilidade da política internacional. Não se permite esquecer que modernos meios de transporte, agregados à nova geração de armas convencionais e os bombardeios de longo alcance, tornaram as velhas posições herdadas do furibundo colonialismo em pontos tão ou mais estratégicos do que jamais o foram.

Exemplificando, na Guerra das Malvinas a ilha de Ascensão funcionou como arrimo da dura ofensiva área que martelou as linhas argentinas. E ombro a ombro com os aeródromos de Ascensão, Santa Helena foi o suporte da força tarefa naval inglesa que retomou o arquipélago. Quanto à França, o país parece preparado para qualquer eventualidade que lhe crie embaraços nas águas tépidas do Índico, contando com as vantagens oferecidas pelas ilhas sob sua administração para controlar o Canal de Moçambique e para reforçar o *Quadrilatère Français*.

No que traça mais um espectro de pressupostos para a perpetuação da bandeira europeia nestes pequenos pontos do espaço, estão os condicionantes econômicos. Todavia, não para todas as possessões. Neste rasgo, entendendo-se que os enclaves espanhóis são definidos pelo que sempre foram (*is that to say*: praças fortes), tal territorialidade contrasta, contudo, com as demais possessões europeias por serem despojadas de potencial econômico relevante.

Ao contrário dos arquipélagos ingleses e franceses, que asseguram às metrópoles a titularidade de ponderáveis trechos de oceanos e dos seus recursos, as *Plazas de Soberania* conservam inserção numa logicidade bélica e estratégica cujas origens se enraízam nas arremetidas ibéricas contra a ameaça sarracena. Os diminutos bastiões espanhóis, não possuindo riquezas tangíveis que lhes garantam distinção econômica, estão predestinados a repetir a vocação de baluartes, postados em bordos extra-continenciais que atritam diretamente com o Terceiro Mundo.

Contudo, outras são as nuances dos territórios “vestigiais” da França e Inglaterra, a cujo enredo logístico se adereçam derivações econômicas. A mais essencial de todas se conecta à hodierna agudização da escassez de insumos básicos, sacramentados como *commodities* no incômodo jargão dos economistas, também granjeados com as perturbadoras intercorrências de um cáustico dilema. Com efeito, o universo da economia moderna, conquanto poderosamente magnetizado pela financeirização,

não está alheio à seara dos recursos naturais, em especial quando a rarefação destes bate às portas dos ciclos produtivos. Mesmo porque, a propalada “desmaterialização da economia” tem se inscrito bem mais no escopo das promessas do que das práticas reais. E pelo sim, pelo não, ainda não foi inventado PIB que dispense matéria prima (WALDMAN, 2011a, 2011b; ALIER, 2005).

E eis que precisamente neste aspecto os arquipélagos se empossam de magníficas novas atribuições. Municiadas de régua, transferidor e compasso, as chancelarias francesa e britânica tem plotado uma nova fronteira de recursos. Exemplificando, a prosaica Bassas da Índia (lha com 0,2 km² de extensão e cujo ponto culminante não ultrapassa 2,4 metros), é o centro nodal de uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) compondo 123.700 km² de espaço marítimo. Os solitários e remotos ilhéus de Gough e Tristão da Cunha, presenteiam seus tutores com outros 749.612 km² de território oceânico.

Ora, nesta perspectiva, os arquipélagos têm demonstrado enorme vitalidade em termos de legitimar direitos sobre os oceanos. Circunscrevendo 200 milhas náuticas de soberania marítima à volta das suas ilhas, imensas ZEE, incluindo recursos vivos e não vivos dos oceanos, estão hoje à disposição da Inglaterra e da França.

Os longínquos Departamentos de Mayotte e Reunião e das Ilhas Esparsas garantem ao capital francês, acesso privativo a nada menos que um milhão de km² do Oceano Índico. Para a economia inglesa, outros 1,641 milhão de km² do Atlântico estão sob sua jurisdição direta.

As ZEE britânica e francesa no continente africano, somando quase 2,7 milhões de km², uma superfície portentosa sob qualquer ponto de vista. As águas francesas do Índico ocupam o 29º lugar no *ranking* mundial das ZEE em extensão, e as atlanto-britânicas, a 20ª posição ⁶⁸. Tanto mais estes dados transparecem como relevantes, sublinhe-se que o horizonte da Modernidade é ensombrado por uma crise (e por um colapso), sem precedentes de recursos ambientais (Cf. SAUP, 2012).

Reforçando esta mesma linha de argumentação, seria inescapável apurar que os arquipélagos sob bandeira europeia são expoentes de uma agenda ambiental ultramarina altamente identificada com as requisições da economia e das relações internacionais. Neste particular, o universo diplomático, adornando ínfimas irrupções de terra firme com um signo ecológico, reconfigura as esferas da segurança, da política e da economia, realçando o desempenho das metrópoles enquanto ator global.

Apesar de o mote ambiental estar conferido de uma cerzidura relativamente recente no multilateralismo, há que se reconhecer que auferiu alcance crescente (e também proeminente), na diplomacia internacional, interagindo de modo fulcral com as políticas de Estado. Tanto assim que “apenas quatro décadas atrás, o tema não formava parte do mundo multilateral. Todavia, hoje perfaz um dos seus capítulos mais relevantes” (FONSECA, 2010: 21; Ver também ELLIOTT, 1998).

Enquanto tal, este recorte transparece de modo nítido no que pontuaríamos como *ressignificação ecológica* das ilhas sob a batuta da França e da Inglaterra. O empenho nesta direção é patente, por exemplo, na transformação da ilha de Gough e das suas águas num escaninho de interesse especialíssimo para a biosfera.

Graças ao que *experts* britânicos asseguram ser um ecossistema excepcionalmente preservado, a ilha de Gough foi primeiramente laureada como refúgio de vida selvagem (1976), seguida da investidura de Reserva da Biosfera (1994) e por fim, de sua unção como Patrimônio Mundial pela UNESCO (2004).

Todavia, é preciso ter em conta o indisfarçável sincronismo que acopla tais iniciativas de conservação do meio natural com objetivos trivialmente econômicos. Basta recordar que em 1977, logo após firmar a “vocação natural” de Gough, a ilha e suas sócias no *British Overseas Territory* do Atlântico (Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena), foram declaradas epicentros da Zona Econômica Exclusiva inglesa no centro do grande oceano, um claro exemplo do como, ao menos no plano da grande política institucional, ecologia e economia podem caminhar de mãos dadas.

Quanto à conduta francesa, trata-se de uma cópia da britânica. No discurso oficial francês, as ilhas tropicais do Índico constituem paradisíacos “santuários ecológicos”, argumentação seguidamente entronizada por peças de propaganda governamental e por seguidos atos administrativos. Nessa via, em 2012 o governo francês decretou as estratégicas ilhas Gloriosas e a extensão marítima que banha o arquipélago como um parque natural marinho, oficialmente voltado para a defesa dos recifes e do acervo ornitológico.

Mas, sendo área contígua à reserva de proteção ambiental já oficializada na ilha de Mayotte, o novo parque também atua como reforço adicional no tamponamento do Norte do Canal de Moçambique. Trata-se de ação concernente ao ambicioso projeto de criar uma *Réserve Naturelle Nationale des Terres Australes Françaises*.

Deveras, esta proposta, configurando um *umbrella concept*, tem por pressuposto encaixilhar as *Terres Australes et Antarctiques Françaises* (Territórios Austrais e

Antárticos da França ou TAAF), num órgão ambiental único, objetivamente endossando, à revelia de presumidas boas intenções ecológicas, o domínio gaulês, direta ou indiretamente em notável extensão do Índico.

Seria permissível intuir, a viga mestra destas políticas de conservação da natureza manipula um receituário que não condiz com românticas preocupações ambientais. Neste sentido, seria meritório ponderar que a visão midiática de “ilhas regurgitantes de naturalidade” sumamente configuraria uma mitologia improcedente. A despeito dos arquipélagos abrigarem avifauna, espécimes botânicos e ecossistemas marinhos endêmicos, acertos que ratificariam liames com a natureza original, isso não nega modificações antropogênicas, diretas e/ou indiretas.

Estas alterações, além de historicamente recorrentes, foram amplificadas em virtude da fragilidade dos ecossistemas locais e da exiguidade territorial das ilhas. Esse calcanhar de Aquiles ecológico propiciou que se abrissem brechas para impactos que afetaram decisivamente os sistemas naturais insulares, inclusive de modos não-premeditados.

Nesta derivação, pode-se evocar o caso do navio negreiro brasileiro que após ter sido apresado e internado pelos ingleses em Santa Helena no ano de 1840, deu início a uma praga incontável. O barco, corroído por cupins, originou um flagelo que para ser debelado exigiu vultoso numerário e décadas de esforço contínuo.

Mas a difusão das térmitas (entomofauna a rigor desconhecida em Santa Helena), além de abalar a economia do território, alterou para sempre a ecologia insular. Decididamente, não há como contestar que o contato dos europeus com os ilhéus africanos (assim como em todas as terras alcançadas pela expansão ocidental), teve por sucedâneo, múltiplos agravos biológicos, diuturnamente afetando, de uma forma ou de outra, a modelagem ecológica dos espaços colonizados (WALDMAN, 2011b e 2006, CROSBY, 2000: 18).

Por essas razões, o signo ambiental enxertado às possessões francesas e inglesas confirma - e *não nega* - motivações de ordem econômica e política. Não se admite esquecer que as ilhas do Índico e do Atlântico compõem espaços hoje classificados pela União Europeia como *regiões ultraperiféricas*, em grande parte arquipélagos dispersos pelas vastidões oceânicas, encarapitados nas finisterras ou confinados nos bordos do ecúmeno terrestre ⁶⁹.

Essas áreas, localizadas a considerável distância das metrópoles, são aceitas como prolongamento da Comunidade Europeia, *status* referendado por diretivas e moções

institucionais e jurisprudenciais específicas. Em comum, são territórios notabilizados enquanto promissor reservatório de insumos. Acredita-se que sejam *habitat* de 80% da biodiversidade “europeia”. Mas também fornecem produtos tropicais exóticos, minérios raros e bens passíveis de proveito econômico, dispostos em 25 milhões de km² de mares e oceanos.

Confira-se que, num balanço geral, as persistências espaciais do colonialismo em África confirmam sub-repticiamente uma assertiva pioneiramente levantada pelo filósofo e ensaísta francês Paul Valéry (1871-1945), relativa ao *fim dos espaços vazios*.

Materialização de uma tendência que frui em meio às turbulências da Modernidade, esta repercute, ultrapassando seu significado econômico, enquanto factalidade geográfica e nexos ontológico para as relações internacionais, ambas atentas ao que o esteio representado pelo que o espaço pode ofertar para calçar seus anseios e expectativas.

Como se sabe, até uma data recente, “as redes de relações que se teciam eram de extensão limitada: elas desenhavam conjuntos mais ou menos vastos, mas tropeçavam por toda parte em setores tão pouco humanizados que as relações ali perdiam toda a intensidade. Cada célula do mundo habitado era como uma constelação limitada por espaços vazios. Com o progresso da ocupação do mundo, os espaços cheios se multiplicam” (CLAVAL, 1979:198).

Contudo, a anulação das *Niemansland* (literalmente: terra de ninguém em alemão), averbando os ditames de um *mundo finito* carente de espaços vazios, na conjugação que sua extinção evoca no plano das relações internacionais, torna-se um paradigma onde o universo diplomático se vê instado a flexionar uma interlocução cujos pares, não tem como ignorar afetos e desafetos:

“O universo diplomático é uma caixa de ressonância: os ruídos provocados pelos homens e pelos acontecimentos são ampliados e repercutem até o infinito. Qualquer choque, em qualquer lugar do mundo, é transmitido imediatamente até o outro lado do globo” [...] “O conjunto universal apresenta, portanto as características de um sistema internacional: todos os acontecimentos, onde quer que passem, provocam reações mútuas” (ARON, 1979:365).

Neste panorama borrado por *espaços cheios*, sob o pulso frenético da globalização, da internacionalização do Estado e da crescente atuação de novos atores na cena internacional, para além dos aparatos de domínio estatal, seria factível que se fortalecesse uma regulamentação pacífica das relações mundiais.

Entretanto, anelos como estes, têm sido repetidamente frustrados. Ainda que as relações internacionais serem hoje consideravelmente distintas das em vigor na era clássica do imperialismo (inclusive objetando que se utilize o termo com a mesma desenvoltura de antes), o fato é que, para se pautar um sistema internacional, é preciso que esteja perpassado por princípios comuns.

Mas, tal premissa tem sido contrariada por relações internacionais de exploração, de violência e dependência, geradas por fluxos econômicos hegemônicos e impostas pela força dos aparelhos estatais, que insistem em se reapresentar junto ao espaço mundial (HIRSCH, 2010: 204-205).

Para a África essas certificações reclamam pontuação própria. Depois de tumultuada experiência pós-independência, o continente alcançou relativa estabilidade política. Atualmente os conflitos são antes exceção do que regra. Em 2012, os africanos participarão de oito eleições presidenciais. As urnas também serão consultadas para referendar 17 processos de indicação parlamentar.

Tais ventos de esperança acodem à África num contexto de mudanças alvissareiras, observadas nas economias do continente. No mundo, entre 2011 e 2015, sete países africanos deverão figurar na lista dos dez com maior expansão econômica. Projeções sinalizam que a economia africana crescerá numa taxa média anual de 7% ao longo dos próximos vinte anos, escalada que supera a da China, país paradigmático do crescimento econômico.

Clarificando que a história é mutante, as relações multilaterais desenvolvidas pelas nações africanas têm mostrado avanços consistentes. É importante assinalar o papel de proa desempenhado pelos blocos regionais, que passo a passo, estão cada vez mais presentes no multilateralismo africano.

Além de incentivar conexões transfronteiriças (recorte essencial num continente onde os mapas evidenciam treze nações sem acesso aos oceanos), a consolidação de organizações multilaterais concorre para acentuar o crescimento inclusivo, travar consensos diplomáticos, difundir reciprocidades comerciais, pautar uma identidade continental, reforçar a resistência às flutuações do preço das matérias-primas e desenvolver mercados financeiros, estacas essenciais para dar continuidade para a expansão econômica (Cf. WALDMAN, 2012).

Em suma: a complexidade das asserções que fluem por toda a África a partir das independências, constitui um dos sinais mais convincentes e irretorquíveis da vitalidade do continente (M'BOKOLO, 2009, Tomo II: 710).

Entretanto, se a África parece estar se encontrando a si mesma, é conveniente assinalar que a cartilha da *Realpolitik* não deixou de existir. Por essa via, inexistindo compromissos que configurem princípios aceitos de legitimidade mobilizáveis para a arbitragem de conflitos de interesses, entram então em cena ações sem justificação legítima, tendo por recurso a força e a violência (*apud* GODARD, 2002).

A África das fronteiras da finitude dos recursos tem sido festejada referência do noticiário econômico e do multilateralismo. Não obstante, ela permanece anônima na percepção positiva do imaginário ocidental. Não seria despropositado recordar que ainda existem até mesmo os que teimam em questionar sua ancianidade cultural e em não reconhecê-la como civilização. Cabe, pois alertar para reedição dos velhos perigos (WALDMAN *et alli*, 2007: 280-283).

Frisamos repetida e determinadamente que o remanescente pode ser persistente. Complementando, por pura coerência tal hermenêutica pode também ser recorrente e obstinada.

Daí que o cenário requisita cuidado, cautela e muita atenção.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS & PAPERS

ALIER, Joan Martínez. *El Ecologismo de Los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*. Barcelona (Espanha): Icaria-Antrazyt-Flacso, 2005;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem*. Brasília (DF): Centro de Cartografia Aplicada e Informação da Universidade de Brasília - Mapas Editora & Consultoria. 2007;

_____. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, n°. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

ANSTEY, Roger. *As Atrocidades no Congo*. In: História do Século XX, Volume I, pp. 316-321. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1974;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília. 1979;

ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. Capítulo 24: *O Pan-africanismo e a Integração Regional*. In: História Geral da África, Volume VIII: África desde 1935, Capítulo 24, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. Coleção Repensando a História. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2006;

BEAUFRE, André. *Abd el Krim*. História do Século XX, Volume 3, pp. 1097-1100. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1968;

BESENYÖ, János. *Western-Sahara under the Spanish empire*. Academic and Applied Research in Military Science (AARMS), volume 9, n°. 2, pp. 195-215. Budapest (Hungria): AARMS. 2010;

BESENYÖ, János. *Western Sahara*. Pécs (Hungria): Publikon Publishers. 2009;

BOAHEN, Albert Ada. *A África sob Dominação - O Desafio Colonial*. In: Revista Correio da UNESCO, n°. 7, Julho de 1984, pp. 14-16. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1984;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, n°. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CEA - CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. *História de Angola*. Porto (Portugal): Edições Afrontamento (com base em edição original argelina). 1965;

COELHO, António Borges. *Comunas ou Conselhos*. Coleção Cadernos de Hoje, n°. 13. Lisboa (Portugal): Prelo Editora. 1973;

COSTA E SILVA, Alberto. *O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX*. São Paulo (SP): Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Volume 8, n°. 21. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). Texto disponível *on line* em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003 >. Acesso: 13-12-2006. 1994;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. 1ª reimpressão. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 2000;

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África*. 2ª edição, revisada e ampliada. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 2012;

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Edição do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Úmidas Brasileiras (NUPAUB). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 1994;

DÖPCKE, Wolfgang. *O Encontro Estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional*. In: Anais do Colóquio sobre as relações Brasil-África. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores (MRE), Departamento da África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Instituto Rio Branco. 2002a;

_____. *Há Salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development*. Revista Brasileira de Política Internacional, pp. 146-155. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). 2002b;

_____. *A Vida Longa das Linhas Retas: Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Brasília (DF): Revista Brasileira de Política Internacional, Volume 42, nº. 1, pp. 77-109. 1999;

ELLIOTT, Lorraine. *The Global Politics of the Environment*. Reino Unido: Macmillan Press Ltd., impresso na Malaysia. 1998;

ESPADA, Valéria Maria Guimarães. *União Africana: Um estudo sobre a mediação de conflitos*. Monografia. Belo Horizonte (MG): Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte. 2009;

FAGE, John Donnelly et TORDOFF, William. *História da África*. Lisboa (Portugal): Edições 70. 2010;

FONSECA, Gelson. *El Interés y la Regla - Multilateralismo y Naciones Unidas*. Co-edición Madri (Espanha): Instituto Universitario de Desarrollo Y Cooperacion (IUDC) e Los Libros de La Catarata. 2010;

GIORDANI, Mário Curtis. *História da África Anterior aos Descobrimentos*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 1985;

GODARD, Olivier. *A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação*. In: Vieira, P. F. et Weber, J. (orgs). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento - Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2002;

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado - Processos de Transformação do Sistema Capitalista de Estados*. Rio de Janeiro (RJ): Revan. 2010;

HRBEK, Ivan. *Capítulo 4: A desintegração da unidade política no Magreb*. Volume IV: África do século XII ao XVI, in *História Geral da África*, pp. 89-115. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010a;

_____. *Capítulo 1: A África no contexto da história mundial*. Vol. III: África do século VII ao XI. Capítulo 1. In: *História Geral da África*, pp. 1-37. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010b;

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva. 1997;

LE VINE, Victor T. *Politics in Francophone Africa*. Boulder (Colorado, EUA): Lynne Rienner Publishers. 2004;

LEWIS, M. Paul (Coordenação). *Ethnologue: Languages of the World*. 16ª edição. Dallas (EUA): Summer Institute of Linguistics. 2009;

LINARES, Francisco Quiróz. *Los Peñones de Vélez de la Gomera y Alhucemas y las Islas Chafarinas*. Revista Ería, Revista quadrimestral de geografia pp. 54-66. Universidade de Oviedo (Espanha): Departamento de Geografia. 1998;

LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: O Século XX, do declínio europeu à era global*. 2ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2008;

MAESTRI, Mário. *História da África Negra Pré-Colonial*. Série Revisão, nº 31. Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP): Editora Mercado Aberto. 1988;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega. 1959;

MAZRUI, Ali Al'amin. Capítulo 1: *Introdução*. In: História Geral da África, Volume VIII: África desde 1935, pp. 1-29. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010a;

_____. Capítulo 5: *Procurai primeiramente o reino político...*. In: História Geral da África, Volume VIII: África desde 1935, pp. 125-149. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010b;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (*Até o século XVIII*) e Tomo II (*Do século XIX aos nossos dias*). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2012;

MEDEIROS, François de. Capítulo 13: *Os povos do Sudão: movimentos populacionais*. História Geral da África. Volume V: África do século XVI ao XVIII. Brasília (DF): UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Coleção Kacu Martel, nº. 9. Bissau (República da Guiné-Bissau): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). 1994;

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Intenções e Concretudes*. Texto apresentado na V Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (IPRI), Rio de Janeiro (RJ), 28-29 de Outubro de 2010. 2010a;

_____. *África no Sistema Internacional*. Texto apresentado em Conferência no I Curso para Diplomatas Africanos (IPRI). Rio de Janeiro (RJ), 05 a 30-06-2010. 2010b;

_____. *O Século XIX como fator de decifração das relações Brasil-África*. Lisboa (Portugal): Revista Studia, nº. 52. 1994;

MUNENE, Macharia. *History of Western Sahara and Spanish Colonization* (paper). Conference on Multilateralism and International Law. Pretoria (Republic of South Africa): Government of South Africa's Department of Foreign Affairs & University of Pretoria. 2010;

NOGUEIRA, João Pontes et MESSARI, Nizar. *Teorias das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 1ª edição, 7ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Elvieser Editora Ltda. 2005;

OLIVEIRA, Cêurio de. *Vocabulário Inglês/Português de Geociências*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1995;

_____. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1983;

OWOLABI, Ajamu Olayiwola. *Transformação Global: Redefinindo segurança africana para a década de 90 e o século XXI*. In: Revista Contexto Internacional, vol. 16, nº. 2, pp. 283-294. Julho/Dezembro de 1994. Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-IRI). 1994;

PAIGC. *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto (Portugal): Edições Afrontamento. 1975;

PAIVA, Bruno de. *France: National Involvement in the Indian Ocean Region*. Indian Ocean Research Programme. Perth (Australia): Future Directions International Research International. Texto disponível *on line*:

< <http://www.futuredirections.org.au/publications/indian-ocean/324-france-national-involvement-in-the-indian-ocean-region.html> >. Acesso: 06-05-2012. 2011;

PAULME-SCHAEFFNER, Denise. *As Civilizações Africanas*. (Coleção Saber). Lisboa (Portugal); Publicações Europa-América. 1977;

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA). 2010;

PEREIRA, Daniel António. *Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil*. Brasília (DF): Coedição Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre de Gusmão. 2011;

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são Relações Internacionais*. Coleção Primeiros Passos, nº. 296, 2ª edição. São Paulo (SP): Editora Brasilense. 2009;

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico informacional*. 4ª edição. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

_____. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978;

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África Parceira do Brasil Atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Coleção Relações Internacionais, Série Parcerias Estratégicas com o Brasil. Belo Horizonte (MG): Fino Traço Editora. 2012;

SÉRGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. 11ª edição. Lisboa (Portugal): Livraria Sá da Costa Editora. 1983;

SILVA, Armando Correa da. *A Formação do Território Político na África*. In: Introdução aos Estudos da África Contemporânea. Brasília e São Paulo (DF-SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e Ministério das Relações Exteriores, texto mimeo. 1984;

SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o Mundo Atlântico*. SEPHIS/Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Amsterdam (Países Baixos) e Rio de Janeiro (RJ). Texto disponível *on line* em: < <http://www.iisg.nl/~sephis/pdf/soumonniport.pdf> >. Acesso: 11-11-2006. 2001;

SURET-CANALE, Jean et BOAHEN, Albert Adu. *Capítulo 7: A África Ocidental*. Volume VIII: África desde 1935. História Geral da África, pp. 191-227. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

THIEL, Hjalmar. *Anthropogenic Impacts on the Deep Sea*. In: *Ecosystems of the World: The Deep Sea*. Amsterdam (Países Baixos): Elsevier. 2003;

TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe Terra: Uma história narrativa do mundo*. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar. 1979;

TWADDLE, Michael, RABEARIMANANA Lucile et KIMAMBO Isaria N. *Capítulo 9: A África Oriental*. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, pp. 261-294. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

VANSINA, Jan. *Capítulo 3: Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África*. Volume V: África do século XVI ao XVIII, In História Geral da África, pp. 54-90. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

VISENTINI, Paulo Fernandes. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo (SP): Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2012;

WALDMAN, Maurício. *Limites da Modernidade: Dilemas do Esgotamento dos Recursos*. Paper elaborado como subsídio para a Palestra “Sustentabilidade: Cenários e Desafios”. XII Jornada de Educação e XII Simpósio de Iniciação Científica da Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente (FACLEPP), da Universidade do oeste Paulista (UNOESTE). Texto masterizado e incorporado à Série Meio Ambiente n°. 19 pela Editora Kotev (São Paulo, SP). Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/meio_ambiente_19.pdf >. Acesso: 23-10-2019. Presidente Prudente (SP): UNOESTE. 2011a;

_____. *Crise Ambiental: Ponderando a Respeito de um Dilema da Modernidade*. In: Revista Crítica Histórica, publicação semestral do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis) dos cursos de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), volume 4, pp. 295-313. Maceió (AL): Crítica Histórica/ UFAL. Texto masterizado e incorporado à Série Meio Ambiente nº. 20 pela Editora Kotev (São Paulo, SP). Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/meio_ambiente_20.pdf >. 2011b;

_____. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, Volume 6, 1ª. edição. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006.

_____. *Cartografias do Racismo: Arquétipos, Fantasmata e Espelhos*. In: Revista Geosp nº 23, p. 44-63. São Paulo (SP): Publicação de Pós-Graduação do Depto de Geografia da FFLCH-USP. 2008. Texto masterizado e publicado na Série Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº. 2. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_02.pdf >. 2008;

_____. *Cartografias do Racismo: Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. In: Revista Geosp nº 14, p. 45-64. São Paulo (SP): Publicação de Pós-Graduação do Depto de Geografia da FFLCH-USP. 2003; Texto masterizado e publicado na Série Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº1. São Paulo (SP): Editora Kotev. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_01.pdf >. 2003;

_____. *Metamorfoses do Espaço Imaginário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo (SP): Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 1997;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007.

ARTIGOS

AFRICA NEWS - Afro News. *Mayotte island (Comoros) deepens French dependence*. Texto disponível *on line*: < <http://www.afrol.com/articles/15854> >. Acesso: 14-01-2012. 2012;

BERTOL Frederico. *Reis leões: As economias que mais crescem no mundo estão na África*. Correio Internacional, 02-02-2011. 2011;

BROADBENT, Luke. *The Disputed Autonomous Cities of Ceuta and Melilla*. El Pais, 16-06-2010. Texto disponível *on line* em: < <http://www.suite101.com/content/the-disputed-autonomous-cities-of-ceuta-and-melilla-a250056#ixzz1XApe1O9n> >. Acesso: 23-09-2017. 2010;

CANÍZIO, Márcia Jabôr. *Ecologia e Ordem Internacional - Uma discussão sobre os paradigmas da análise*. In: Revista Contexto Internacional, publicação do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-RJ), exemplar de Julho-Dezembro de 1990, nº. 12, pp. 29-52. Rio de Janeiro (RJ): IRI/PUC-RJ. 1990;

LEWIS, Martin W. *Mayotte: the EU's and France's Troubled New Exclave*. GeoCurrents - The Peoples, Places & Languages Shaping Current Events. Texto disponível *on line* em: < <http://www.geocurrents.info/economic-geography/mayotte-the-eu%E2%80%99s%E2%80%94and-france%E2%80%99s%E2%80%94troubled-new-exclave> >. Acesso: 13-05-2012. 2011a;

_____. *Contested French Islands and Sea-Space in the Western Indian Ocean*. GeoCurrents - The Peoples, Places & Languages Shaping Current Events. Texto disponível *on line* em: < <http://geocurrents.info/geopolitics/contested-french-islands-and-sea-space-in-the-western-indian-ocean> >. Acesso: 13-08-2017. 2011b;

LEYMARIE, Philippe. *Painful memories of the revolt of 1947: Deafening silence on a horrifying repression*. Franck: Le Monde Diplomatique. Março 1997. Texto disponível *on line* em: < <http://www.hartford-hwp.com/archives/36/550.html> >. Acesso: 06-06-2012. 1997;

MUNDY, Jacob. *Thirty years of conflict - How the US and Morocco seized the Spanish Sahara*. Le Monde Diplomatique. 2006;

OTERO, Eugenio Marinãs. *Lãs Plazas Menores de Soberania Espanõla em África*. Militar, Revista de Cultura Militar, nº. 12, pp. 141-168. Madrid (Espanha): UCM, Servicio de Publicaciones. 1998;

OVERSEAS TERRITORIES REVIEW. *France Seeks Referendum in Mayotte despite UN Resolutions*. 22-10-2008. Texto disponível *on line* em:

< <http://overseasreview.blogspot.com.br/2008/10/france-seeks-referendum-in-mayotte.html> >. Acesso: 16-06-2012. 2008;

PERICÁS NETO, Bernardo. *Meio Ambiente e Relações Internacionais*. In: Revista Contexto Internacional, publicação do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-RJ), volume 9, exemplar de Janeiro/Junho de 1989. Rio de Janeiro (RJ): IRI/PUC-RJ. 1989;

THE ECONOMIST. *Spain's North African enclaves: Gibraltar in reverse?* 21 de Fevereiro de 2002. Artigo eletrônico disponível *on line* em:

< <http://www.economist.com/node/999729> >. Acesso: 10-10-2011. 2002;

WALDMAN, Maurício. *Novos Rumos da Economia Africana*. Revista Brasil Angola Magazine, nº 5, Junho-Julho de 2012, páginas 22-23. São Paulo (SP): 2012. Texto masterizado e incorporado à Série Africanidades nº 14, disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_14.pdf >. 2012;

_____. *Geografia e Memória: A Persistência do Sudão como Marco Espacial Identitário*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Maio de 2011 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto, 2011. Texto masterizado e incorporado à Série Cartografia nº 6, disponível *on line* em: <http://mw.pro.br/mw/cartografia_06.pdf >. 2011c;

_____. *Cartografia de África: Mapas, Toponímia e Modelos de Percepção*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Maio de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto, 2010. Texto masterizado e incorporado à Série Cartografia nº 10, disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/cartografia_10.pdf >. 2010a;

_____. *Bastões Espanhóis no Marrocos: Pequenos e Estratégicos*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Abril de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto. 2010. Texto masterizado e incorporado à Série Relações Internacionais nº 10, disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/relacoes_internacionais_02.pdf >. 2010b;

DOCUMENTOS

OUA: *Lagos Plan of Action for the Economic Development of Africa*, Adis Abeba (Etiópia): Organização da Unidade Africana. 1980;

UN - United Nations. *Demographic Yearbook - Table 3: Population by sex, rate of population increase, surface area and density*. United Nations Statistics Division. 2008. Atualizado em 24-09-2011. Home-page:

< <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dyb2008/Table03.pdf> >.

Acesso: 22-05-2012. 2011.

FILMOGRAFIA

Hijos de las Nubes - La ultima colonia. Direção de Alvaro Longoria e produção de Javier Bardem. 78 minutos. Espanha/EUA. 2012.

Behind the Rainbow. Direção de Jihan El-Takri. 138 minutos, África do Sul, 2003.

CARTOGRAFIA

Atlas Jeune Afrique. Paris (França): Editions Jeune Afrique. 1973;

BONIFACE, Pascal, VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009.

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011;

Earth Portfolio Maps. Hunters Hill (Austrália): Millennium House Publisher. 2012;

Encyclopédie Géographique. Garzanti Editeur, 1964. Paris (França): Editions Stock, 1981;

KINDER Hermann et HILGEMANN Werner. *Atlas Histórico Mundial*. Colección Fundamentos, 2. Madri (Espanha): Ediciones Istmo, 1975.

WEBGRAFIA

EUROPEAN UNION

OCTs - overseas countries & territories of the EU & Overseas countries and territories

< http://europa.eu/geninfo/atoz/en/index_15_en.htm >

HISTORY: ST. HELENA HOMEPAGE

< <http://www.sthelenase/history/cron.txt> >

SAUP - Sea Around Us Project: Fisheries, Ecosystems and Biodiversity

< <http://www.seaaroundus.org/eez/> >

TAAF - Terres Australes et Antarctiques Françaises

< <http://www.taaf.fr/> >

WEB DE INGENIEROS MILITARES DE ESPAÑA

Islas y Peñones en el Norte de África

< <http://www.zapadores.es/arma/11NdelaA/penones/Islotes.htm> >

WESTERN SAHARA ON LINE

Country Recognitions of the Saharawi Arab Democratic Republic

< <http://www.wsahara.net/recognitions.html> >

1 Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África, ISBN: 1230003543542, Editora Kotev (©), 2019, é um *ebook* primeiramente disponibilizado na Plataforma Kobo pela **Editora Kotev (Kotev ©)**, em Outubro de 2019. Do ponto de vista editorial, a obra tem origem em material de contribuição elaborado em 2012 para o *XIV Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África*, junto ao Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). Na formatação digital de 2019, o original de **Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África**, com exceção dos mapas (Figuras) de números 1, 2, 5, 6 e 7, agregados a esta edição, foi mantido, tão somente indexando cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato eletrônico PDF, masterização realizada com o fito de disponibilizar o material em acesso livre na Internet, permitindo consulta por intermédio de toda sorte de *gadgets* eletrônicos, inclusive aparelhos celulares. Confira-se que esta edição eletrônica, incorpora revisão ortográfica acatando regras vigentes da norma culta na língua portuguesa, em vigor desde 2009. A capa de **Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África**, retrata a Fortaleza de São Jorge da Mina, o mais antigo posto ocidental na África, erguido pelos portugueses em 1482 no Golfo da Guiné e ocupado posteriormente por holandeses e britânicos. A imagem, resulta da reconfecção da reprodução de gravura histórica holandesa em linho datada de 1704, postada em *Granger, Historical Picture Archive* (link: < <https://www.granger.com/> >. Acesso: 02-10-2019). A formatação eletrônica da obra contou com a Assistência de Editoração, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Site: www.harddesignweb.com.br. Note-se que **Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África** é um *ebook* gratuito, sendo vedada qualquer modalidade de reprodução comercial e igualmente, de divulgação sem consentimento da **Editora Kotev (Kotev©)**. A citação da obra deve obrigatoriamente incorporar referências bibliográficas em conformidade com o padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África*. Série Relações Internacionais: Coleção textos Acadêmicos 1. Segunda edição, revisada. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

2 MAURÍCIO WALDMAN é jornalista, professor universitário, editor, consultor e antropólogo africanista, com graduação em Sociologia (USP, 1982), licenciatura em Geografia Econômica (USP, 1983), mestrado em Antropologia (USP, 1997), doutorado em Geografia (USP, 2006), pós-doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), pós-doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPEs, 2015). O segundo pós-doutoramento do autor, *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, foi desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP), sob supervisão do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, decano do conhecimento

africanista brasileiro. A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que em parecer emitido no ano de 2014 sobre o Relatório da Investigação, aprovou a pesquisa na categoria de *trabalho excelente*, destacando igualmente o rigor da redação e organização do material, chancelando-o como digno de publicação. Waldman atuou como consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira na *Coleção Tecendo o Saber* (2003-2004), como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor colaborador nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Também desenvolveu palestras, cursos e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Entre outros veículos de mídia impressa e eletrônica, os textos de Maurício Waldman foram publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista eletrônica Contemporartes (Curitiba) e Instituto Portal Afro (São Paulo). Waldman é autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, Volume 20/21, pp. 219-268), *paper* considerado academicamente relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o mais influente centro de pesquisa mantido pelo governo francês (Cf. Ficha Catalográfica). Maurício Waldman também repõe pela coautoria de *Memória D'África: A temática africana em sala de aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbete Wikipedia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br.

3 Cabe concertar que a visão consagrando a Conferência de Berlim como centro decisório de um “retalhamento da África” solicita correção. A imagem de delegados rascunhando com régua as esferas de influência num grande mapa do continente é fantasiosa. O evento não definiu regras fixas e tampouco de comum acordo. O grande trunfo do encontro foi a popularização da ideia colonial junto à opinião pública, acelerando a *Corrida para a África* (Cf. DÖPCKE, 1999: 81-85).

4 A *União Sul-Africana* surge em 1910 enquanto Domínio do Império Britânico. Desse modo, o país era juridicamente reconhecido como ex-colônia do Reino Unido. Gozando de ampla autonomia interna, mantinha entretanto, laços com a realeza, diplomacia e o comércio exterior do Reino Unido. Este marco estatutário finda em 1961, quando se contrapondo ao repúdio internacional ao *Apartheid*, o governo de

minoria branca rompe os vínculos com a antiga metrópole e a *Commonwealth* (Comunidade Britânica de Nações). A União Sul-Africana é então juridicamente repaginada como *República Sul-Africana*, *status* que vigora até o fim do regime racista (1994), surgindo então a atual *República da África do Sul*.

5 *Bôer* ou *Africâner* é o etnônimo que designa colonizadores de origem basicamente holandesa e seus descendentes, assentados na Colônia do Cabo durante a dominação dos Países Baixos. Posteriormente povoaram diversas áreas da África do Sul através de jornadas conhecidas como *treks*. Radicados há séculos no país, isso permite que muitos comentaristas se refiram ao grupo como “tribo branca”. Os *africâners* mantiveram-se à frente do comando político da União Sul-Africana e subsequentemente, na República Sul-Africana.

6 Atentar para o fato de que a atual República de *Gana* (grafada sem “h”), não tem nenhuma relação com o Império do *Ghana*, que em grande parte localizava-se nas terras dos atuais Mauritânia e Mali. A denominação Gana foi adotada no governo nacionalista de Nkrumah com o intuito de honrar o passado africano, substituindo um topônimo colonialista.

7 “O desenvolvimento do capitalismo global é necessariamente irregular e sempre esteve marcado por relações internacionais de considerável desigualdade e dependência. Estas não surgem de maneira casual, mas são produzidas por contextos de acumulação e de regulação de cada Estado com seu específico entrelaçamento com o mercado mundial [...] Dependência, subdesenvolvimento e processos de formação de periferias não são, portanto, acontecimentos falhos transitórios, mas uma característica estrutural do capitalismo global, sem que as suas configurações concretas sejam invariavelmente fixas” (HIRSCH, 2010: 125).

8 De mais a mais, é o que torna plausível a existência de “Estados Anões” como Liechtenstein, San Marino e Mônaco, cujos espaços, se esforçam por conservar (Vide MAULL, 1959: 45).

9 Anote-se que ao redor do mundo, subsistem 14 territórios ultramarinos da Grã-Bretanha, desvinculados territorial e administrativamente das ilhas britânicas.

10 No continente americano localizam-se três outros DOM franceses: Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa.

11 Essa última ilha é conhecida na toponímia em língua portuguesa como Gonçalo Álvares, explorador lusitano que chegou a estas paragens em 1505. O nome inglês refere-se ao capitão Charles Gough, que desembarcou no ilhéu em 1713.

12 No caso senegalês convém lembrar a função geoestratégica da Ilha de Gorée, entreposto escravista que foi a chave da história da colônia. Como em muitas outras regiões da África, o suporte proporcionado pela ilha foi essencial como ponto de partida para a conquista da terra firme pelos colonizadores. Gorée atualmente é parte da cidade de Dakar, capital do país.

13 Os Shirazi são uma ramificação da etnia Swahili, assentada nas ilhas Comoros, Zanzibar, Pemba e em outros pontos da fachada africana do Índico. A tradição oral reivindica a cidade de *Shiraz*, na Pérsia, como origem dos ancestrais do grupo, daí

derivando no gentílico *Shirazi* (A este respeito, ver M'BOKOLO, 2009, Tomo I: 497-500).

14 O perfil dessas possessões é semelhante ao das ilhas extra-africanas sob domínio francês no Oceano Índico e periferia antártica. Do mesmo modo que as Esparsas, são francesas as Ilhas de São Paulo e Amsterdam, Crozet e Kerguelen, às quais se soma a Terra Adélia, na Antártida. Exceto os efetivos das guarnições militares, equipes das estações meteorológicas, de pesca e de pesquisa científica, nenhuma dessas terras mantém população permanente. Administrativamente, este conjunto forma os *Territórios Austrais e Antárticos da França* (TAAF), encabeçados por um responsável indicado pelo Estado francês, *Le Préfet*, sediado em Reunião.

15 Nas primeiras décadas do século XVIII, sob a administração de Joseph-François Dupleix (1697-1763), os franceses lograram estender sua ascendência por quase todo o Vértice Centro-Sul do Decan, tornando-se poder hegemônico no Hindustão.

16 Os Hovas constituíam a elite política da etnia Merina, assentada no Planalto Central de Madagascar.

17 Nos mapas originais do Índico da cartografia europeia, é usual o topônimo português: ilha de Santa Maria.

18 Logo de início, os colonialistas toparam com uma resistência a toda prova. Certas regiões do sul do país não depuseram as armas senão ao cabo de uma dezena de anos. Na primeira década do século XX, surgem sociedades secretas com o objetivo precípuo de expulsar os franceses. Em 1947, sintetizando longa e dura experiência acumulada pela insurgência autóctone, o *Mouvement Democratique de la Renovation Malgache* (MDRM), deflagra uma insurreição geral. A repressão, não hesitando em lançar mão de todo tipo de expediente para assegurar o domínio colonialista, o fez ao custo de 80.000 mortos. Muitos depoimentos indiciam o exército francês em crimes de guerra e violência indiscriminada contra a população civil. *In verbis*, durante visita oficial a Madagascar em 2005, Jacques Chirac, presidente francês em exercício, qualificou a atuação francesa no episódio como “inaceitável” (TWADDLE *et alli*, 2010; LEYMARIE, 1997).

19 Em Madagascar, como nos demais países brindados por uma “transição pacífica”, é indiscutível que sem o histórico de lutas anticoloniais, a independência não seria conquistada no momento em que isto ocorreu e o poder, não seria entregue aos nacionalistas, tal como assim aconteceu (*apud* SURET-CANALE *et* BOAHEN, 2010: 203).

20 Outrossim, saliente-se que a mineração do leito submarino, além das incertezas quanto à viabilidade econômica, aguarda calibragem técnica, também esbarrando em objeções ambientais (Cf. THIEL, 2003).

21 Faria sentido notar que a França, com essa iniciativa, investe num espaço que até a II Guerra Mundial esteve sob hegemonia inglesa. Enquanto ato geopolítico, o esquema militar francês no Golfo e no Oceano Índico é demonstrativo da aspiração por uma atuação mais decisiva no teatro geográfico mundial (LEWIS, 2011a e 2011b; PAIVA, 2011).

22 Em castelhano, o termo *Penõn* se aplica às elevações escarpadas do relevo, adereçadas de penhascos com declives acentuados, oferecendo manifesta dificuldade de acesso e ocupação humana.

23 Vélez de la Gomera era originariamente um ilhote. Entrementes, aluviões dos arroios das imediações e um forte abalo sísmico datado de 1930 uniram o antigo ilhéu ao continente, transformando-o num promontório.

24 Distante escassos 200 metros da costa, o Reino do Marrocos, com o argumento da ilhota constituir território ilegítimamente usurpado, não reconhece nenhuma soberania da Espanha sobre o território.

25 *Magreb* procede de *Al-Maghrib*: المغرب, Poente ou Ocidente, contrapondo-se no imaginário espacial árabe a *Machrek*: مشرق, Levante ou Oriente, que abarca as extensões definidas pela geografia europeia como Oriente Médio. O *Magreb* inclui os hodiernos Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia, países com consistente histórico de relacionamento com o Mediterrâneo, os quais se somam o Saara Ocidental e a Mauritânia, com longa interlocução histórica, cultural e geográfica com o interior da África continental.

26 O topônimo Gibraltar deriva do árabe *Djebel el Tarik*: Montanha de Tarik, o conquistador muçulmano da península ibérica.

27 A grafia *Berberia* reporta aos Berberes, conjunto de etnias autóctones da África Setentrional, que permanecem muito representativas no Marrocos e na Argélia. Em menor proporção, os berberes também estão representados na Tunísia e na Líbia. No Egito, ocupam o Oásis de Siwa.

28 Para conferir tal sentença, basta consultar a cronologia histórica. O Périplo Africano é demarcado por duas efemérides: a Tomada de Ceuta (1415), e a chegada à Calicut, nas Índias (1482). Ora, os dois tentos icônicos contabilizam exatos 67 anos de custosa empresa marítima. Durante esse lapso de tempo, as feitorias criadas na África e a colonização de arquipélagos como Açores e Canárias, asseguraram ao nascente capitalismo mercantil luso o lastro necessário para a consecução dos seus planos de expansão mundial, estaqueados pela implantação de feitorias costeiras, caso do Forte (ou Castelo) de São Jorge da Mina, construído em 1482 no litoral da atual República de Gana, a primeira instalação portuguesa no Golfo da Guiné, fadada a constituir um importante ponto de apoio para o tráfico negreiro.

29 A *Ifríquia* (transliteração do árabe إفريقية), compreende os contrafortes do Atlas Teliano e Saariano, na faixa montanhosa setentrional costeira das atuais Argélia e Tunísia e também o Noroeste da Tripolitânia, na Líbia.

30 “Para quase todos os historiadores, a tomada de Ceuta constitui marco lapidar na história europeia, ou mesmo universal: nela veem o ponto de partida para a expansão da Europa, além de suas fronteiras naturais, no rumo da conquista e da colonização [...] É indiscutível que o ano de 1415 marcou o início da política de agressão ininterrupta dos Estados da Europa ocidental, que iria permitir-lhes adquirir pouco a pouco o domínio de outros continentes e descobrir terras novas, nas quais pudessem dar continuidade à sua empresa colonizadora” (HRBEK, 2010a: 113. Ver

também FAGE *et* TORDOFF, 2010: 227).

31 A essa data se associam dois outros eventos fatídicos, interligados entre si: a viagem de Colombo em direção da América e a expulsão em massa dos judeus espanhóis (os *sefaradim*) por Fernando e Isabel, os reis católicos.

32 Em castelhano, *presídio* se refere a uma fortificação típica do período colonial, com propósitos de defesa e pacificação territorial. Geralmente, os presídios eram construídos a uma prudente distância uns dos outros visando apoio mútuo em caso de ataques.

33 Na *oikoumene* greco-romana, o rochedo de Gibraltar em parceria com o Monte Hacho (situado na Península de Almina, em Ceuta), formava as entronizadas Colunas de Hércules.

34 O imaginário geográfico espanhol empresta forte simbolismo a Gibraltar. Não por acaso, o Brasão de Armas nacional exibe dois pilares, sendo um deles Ceuta e o outro, Gibraltar, clara referência às Colunas de Hércules.

35 Acredita-se que em 1880 cerca de 80% das terras africanas ainda estivessem livres da presença européia, governadas por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagem, no comando de unidades políticas de diferentes naturezas e dimensões (BOAHEN, 1984: 14).

36 Tal como a França, a Espanha foi senhora de dois impérios coloniais. O primeiro, inicia-se com as viagens de Cristóvão Colombo em 1492 e finda em 1898 com a Guerra Hispano-Americana. O segundo, muito menor, se restringiu às colônias africanas. Todavia, diferentemente da França, no caso espanhol os impérios não tiveram rupturas cronológicas. Em 1860, antes do desmantelamento do que lhe restara da primeira fase de expansão, a Espanha penetrou a fundo no Marrocos a pretexto de conter ataques das tribos limítrofes às *Plazas Fuertes*. Essa vigorosa ofensiva, conhecida como *Guerra de África*, foi pautada pelo apetite em obter mais territórios e ampliar a influência espanhola no *hinterland* marroquino. A intervenção marca o início do II Império espanhol, que termina em 1975 com a retirada do Saara Ocidental.

37 Cabe atestar que a região marroquina do *Rif*, não se confunde com *Rift*, que não é um topônimo, mas sim um tipo de estrutura geológica, caso do *Vale da Grande Falha*, na África Oriental, ponto de assentamento de comunidades de homínídeos.

38 As Ilhas de Fernando Pó, Elobey, Annobón e Corisco, assim como a Guiné Espanhola ou Equatorial, não se enquadram nesse modelo, visto serem reminiscências do I Império ultramarino espanhol (MAULL, 1959: 387).

39 Entre 1920 e 1926, sob a chefia de Abd el Krim, os berberes montanheses se rebelaram contra a Espanha na *Guerra do Rif*. O exército espanhol cambaleou diante dos insurretos e por muito pouco escapou de ser derrotado, o que só não aconteceu por conta da intervenção francesa no conflito (Cf. BEAUFRE, 1968).

40 Para todos os efeitos, Ceuta e Melilla são juridicamente espanholas, integração regida pelo *Estatuto das Cidades Autônomas*. Aprovado em 1995, este documento estabelece que as duas cidadelas são parceiras do conjunto das comunidades

autônomas integrantes do Estado Espanhol. Os demais enclaves são administrados diretamente pelo governo central de Madri. Assinale-se que em 1986, quando do ingresso da Espanha na União Europeia (UE), as Ceuta e Melilla também ingressaram na soldadura integrativa do continente. Consequentemente, tem no Euro a moeda padrão, integram o Espaço Schengen (espaço de livre trânsito de mercadorias e de pessoas na comunidade europeia) e recebem auxílio do Fundo de Desenvolvimento Regional da UE.

41 A Legião Estrangeira Espanhola tradicionalmente manteve-se estacionada no Rif, sendo sua missão, submeter os locais ao governo colonial de Madrid. Esse aparato constituiu forte retaguarda das forças conservadoras espanholas. Na Guerra Civil que sacudiu a Espanha, os legionários, sob comando do General Francisco Franco, passaram para o continente, combatendo e auxiliando na derrota da República.

42 Em Gibraltar, tanto a comunidade judaica quanto a muçulmana nunca foram hostilizadas e exibem sortidas contribuições à sociedade local, da qual se sentem orgulhosamente participantes.

43 Nos enclaves espanhóis, não houve e não está pautado qualquer referendo. Porém, sabe-se de tensões intermitentes com a minoria muçulmana dos redutos espanhóis. Particularmente Melilla, distante 500 quilômetros da costa da Espanha, que nessa acepção, seria “menos europeia” do que Ceuta, é palco de atritos. Nesta cidadela, a população de ascendência muçulmana (um terço do total) reivindica maior integração ao espaço natalício. Mas, um traço característico da administração espanhola é sua predisposição em acentuar certo senso de “castelhanidade” dos enclaves. Por exemplo, o árabe, língua difundida numa parcela expressiva dos habitantes, não tem reconhecimento oficial.

44 Desmentindo equivocada compreensão sobre o Saara, o deserto nunca formou uma barreira territorial, separando o continente em duas metades. Sua vastidão foi persistentemente percorrida século após século. Certamente o Saara atuou como *filtro*. Mas não como obstáculo indevassável (Cf. WALDMAN *et alli*, 2007; PAULME-SCHAEFFNER, 1977).

45 No parágrafo, o topônimo está sendo utilizado no seu significado amplo. O termo provém do árabe *Bilad-es-Sudan* (بلاد السودان) significando País dos Negros. Tradicionalmente, a terminologia designa as áreas situadas entre o Mar Vermelho e o Atlântico, seguindo a faixa de savanas e estepes ao Sul do Saara. Desse modo, a atual República do Sudão nada mais é do que o antigo Sudão Oriental ou Sudão Anglo-Egípcio, que coexistia com o chamado Sudão Francês, a Oeste, correspondendo, grosso modo, à atual República do Mali. Ao topônimo também se associam os chamados povos sudaneses, ocupantes do espaço entre o Saara e o Golfo da Guiné, a África Intertropical (Cf. WALDMAN, 2011c).

46 Sahel tem raiz no árabe *Sahil* (ساحل) significando borda ou fronteira. O Sahel é um domínio intercalado entre o Saara ao Norte e as terras mais férteis ao Sul. Forma uma faixa de 500-700 quilômetros disposta entre o Atlântico e o Mar Vermelho. Do ponto de vista orográfico e biogeográfico, o Sahel é a *praia do Saara* (WALDMAN,

2011c).

47 O Saara integra a Grande Diagonal Árida, que abarca terras africanas e asiáticas, tendo por complemento as circunvizinhanças subtropicais do Magreb, Machrek, Sahel, Sudão, Irã e Turquestão (Cf. BRETON, 1990: 80).

48 “Atual e aparentemente, atestado está que o povoamento neolítico do Saara foi amplamente dominado por negros, cujos vestígios são identificáveis até o Adrar. Posteriormente ao ressecamento climático, o povoamento branco (os líbio-berberes) avançou rumo ao Sul, chocando-se, todavia com a organização dos camponeses negros, como aqueles do Dhar Tshit, ancestrais dos Soninquês de Ghana. Os sítios defensivos do Dhar Tshit traduzem bem esta organização dos negros para resistirem às pressões dos nômades líbio-berberes [...] Mesmo estudando os textos árabes e as tradições orais, vemos que os Negros chegavam, na época histórica, muito mais ao Norte que atualmente. Eles dominavam o Tagant, o Awkar, o Hodh (Hawd), o Tiris e o Adrar. Uma análise destes dados permite situar os soninquês no Tagant e no Hodh, ao passo que outras partes da atual Mauritânia foram habitadas por ancestrais dos Serer e dos Fulas. Estes dois grupos viveram, outrora, em conjunto, não somente no Sul da Mauritânia, mas, igual e posteriormente, no Fouta da Mauritânia, mas, igual e posteriormente, no Fouta Toro” (MEDEIROS, 2010: 155).

49 Durante séculos, o Cabo Bojador foi observado pelos europeus como divisor entre a *Nigritia* e as terras árabe-bérberes. A crescente identificação das populações negro-africanas como provimento preferencial do tráfico, acabou estipulando o Bojador enquanto referência demarcatória clássica. Assim, a *Bula Romanus Pontifex*, emitida pelo Papa Nicolau V no ano de 1455, concedia, por exemplo, o direito das potências cristãs escravizarem todas as populações *ao sul do Cabo Bojador* (Cf. WALDMAN, 2010a; WALDMAN *et alli*, 2007: 97).

50 Antropologicamente, o povo Guanche provavelmente se filiava aos berberes do continente. Foi o primeiro de uma série pouco memorável de grupos humanos, alvo de genocídio na afirmação da hegemonia europeia África e no mundo. O extermínio dos Guanches constituiu balão de ensaio da conquista da América, baseada na destruição das etnias locais, imposição do cristianismo e domínio político ocidental. Nessa acepção, os Guanches resistiram à investida castelhana como que assumindo papel de primeira linha de defesa nas trincheiras ocupadas na retaguarda por outros povos agredidos pelos conquistadores europeus ao redor do mundo (CROSBY, 2000: 81).

51 A área do Saara Ocidental pode não parecer impressionante para um padrão brasileiro. Dessarte, de acordo os levantamentos da *United Nations Statistics Division*, o território aparece na 77ª posição em área num *ranking* mundial formado por 249 Estados soberanos e territórios dependentes.

52 Em árabe a palavra *Makhsen* (المخزن), significa armazém, no passado utilizada para designar o Estado marroquino. Este significado provavelmente decorre de uma metonímia política relacionada com os impostos arrecadados pelo Estado e pelo seu caráter tributário. Nesta perspectiva, *Bilad el-Makhsen* (بلاد المخزن) corresponde

ao espaço sob domínio direto dos sultões do Marrocos.

53 Ao pé da letra *Bilad es-Siba* (بلاد السبابة), é o país dos renegados, a terra da insurgência, habitada por etnias hostis e dissidentes.

54 “[...] essa litania ganhou corpo pela primeira vez através do líder do *Istiqlal* Allal el-Fassi em 7 de Julho de 1956, quando apresentou mapa reivindicando um “Grande Marrocos”, incluindo toda Mauritânia, assim como partes do Senegal, Mali, Argélia e a totalidade das colônias espanholas no Noroeste da África. O partido auxiliou o rei Mohamed V a reforçar posições que se tornaram parte da nova ideologia marroquina” (MUNENE, 2010: 102).

55 A capital histórica do Saara Ocidental é a cidade de El Aaiún, situada na costa do Saguia al-Hamra, que está em poder do Marrocos. Por precaução, a Frente Polisário instalou seus escritórios políticos em Tindouf, na Argélia.

56 Existem denúncias de espoliação dos bancos pesqueiros com a aquiescência da Comunidade Europeia, mercado consumidor atendido pelas traineiras que operam na orla Saaraui.

57 A origem exata dos *haratin* é objeto de discussão. Habitando os oásis do Magreb Saariano, acredita-se que sejam descendentes das etnias negras que primitivamente ocuparam a região. Definidos por alguns pesquisadores como “berberes negros”, vivenciam conflitos seculares com grupos que advogam identidade árabe.

58 Expressão desta contraposição larvar, em Abril de 2012, os nacionalistas Tuareg proclamaram o Estado de Azawad no Centro-norte do Mali, região onde a etnia é majoritária.

59 Vale anotar o irrealismo do desenho cartográfico desta plataforma nacionalista: o sonho da “Somália maior” contrasta acintosamente com a incapacidade de manter a coesão do próprio núcleo geográfico que seria a matriz da unificação nacional. Sumarizando, desde a queda do governo Siad Barre (1991) e a eclosão subsequente de inconclusa guerra civil, a integridade territorial do país virtualmente deixou de existir. O Governo Federal de Transição Somali (GFTS, que representa a Somália na ONU), coexiste com dois outros Estados Somalis autoproclamados independentes: Somalilândia e Puntlândia. Ademais, senhores da guerra detém o poder *de facto* em muitas áreas, especialmente no Sul do país. Saliente-se que a seção sob autoridade do GFTS era em 2011, a menor de todas. Mesmo o controle mantido sobre a capital, a cidade de Mogadíscio, é constantemente colocado em xeque pelos insurgentes.

64 Essa propensão em resguardar soberania transparece, por exemplo, no episódio do forte português do Uidá. A Fortaleza de São João Baptista de Ajudá ou Uidá, era uma feitoria erguida na costa do antigo Benim para atender o comércio escravista. Uidá seguiu sob bandeira portuguesa, mas inteiramente ilhado pela administração francesa do Daomé, que se efetiva em 1892. Relíquia do colonialismo português, a antiga Feitoria do Uidá restringiu-se aos muros do forte, área não superior a um quarteirão médio de uma cidade brasileira. Despido de valia propriamente econômica ou estratégica, nos anos 1960 constituía o menor território colonial do mundo, com dois hectares, ocupados por apenas dois habitantes, dos quais um, era

o intendente responsável pela soberania portuguesa. Em 1960, o Daomé se torna independente sob o nome de República do Benim. A jovem república reclamou posse do enclave, esbarrando na incontinente negativa portuguesa. Após *ultimatum* prévio, o Benim tomou o fortim à força. Todavia, teve que apagar incêndio ateadado por ordem direta de Salazar, o ditador português, a título de “não deixar nada aos invasores”. Somente em 1975, com a descolonização, Portugal reconheceu a anexação da área pelo Benim (Cf. WALDMAN *et alli*, 2007: 194, 213 e 260).

65 Exceto a Terra Adélia (setor antártico francês) e da Guiana Francesa (que refere-se a um DOM), todos os territórios ultramarinos franceses inscrevem-se no conceito geográfico da *insularidade* e no geopolítico da *maritimidade*.

66 Com exceção do setor britânico da Antártida, todos os territórios ultramarinos do Reino Unido (*British Overseas Territories*), correspondem ilhas e arquipélagos que de um modo ou de outro, dão arrimo à instalações militares. Nessa categoria figuram domínios como as Falklands (ou Malvinas), no Sul do Atlântico; as Ilhas Sandwich, Órcadas e Geórgia do Sul nas águas periféricas da Antártida; Gibraltar, à testa do Mediterrâneo; o Território Britânico do Oceano Índico, com o arquipélago das Chagos bem no centro dessa imensa massa oceânica. Alhures, territórios e pontos de apoio naval pespontam pelo Caribe, Mediterrâneo, Pacífico e Atlântico Norte, sempre comungando deste viés.

67 *Força inercial* corresponde a um primado teórico inscrito na obra do geógrafo brasileiro Milton Santos. Tem por escora a leitura de que as sociedades humanas ofertam acréscimos ao meio natural e com isso, encetam uma construção do espaço carregada de história. Justamente esta flexão social justifica que as localizações abriguem dinamismos atuantes no espaço habitado, e na contramão, se habilitem a revivificar as edificações antropogênicas presentes na espacialidade. Visto que as formas espaciais são duráveis, subsistindo mesmo com o fim dos processos responsáveis pela sua origem, *o espaço constitui um fator, um fato e uma instância social* (SANTOS, 1978: 130 e 149, *grifos nossos; passim* SANTOS, 1998, 1988 e 1978).

68 Aliás, uma pálida mostra se contabilizarmos que em nível de Planeta, graças ao conjunto das pequenas ilhas ultramarinas, a França dispõe de 11.035.000 km² de oceanos, extensão próxima a dos Estados Unidos, senhor de 11.351.000 km², o primeiro colocado global. Quanto ao Reino Unido, titular de 6.805.596 km², é a quinta posição mundial, perdendo somente dos EUA, França, Austrália e Rússia. A título de comparação, o Brasil com 3.660.955 km² de ZEE, ocupa a singela 12ª posição no *ranking* global.

69 Em oposição a essa “quase norma” está a possessão dinamarquesa da Groenlândia, a maior ilha do mundo, e a Guiana Francesa, um território continental.

PARA SABER MAIS SOBRE ÁFRICA E A ORDEM GLOBAL

MAURÍCIO WALDMAN

**INTEGRAÇÃO AFRICANA:
IMAGINÁRIO, ECONOMIA E O REINO DO POLÍTICO**



SÉRIE PROFESSOR MOURÃO 3



EDITORA KOTEV

http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_03.pdf

CONHEÇA A SÉRIE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



<http://mwtextos.com.br/serie-relacoes-internacionais/>

A woman with long curly hair, wearing a black jacket and a dark scarf, is looking down at her smartphone. The background is blurred, showing what appears to be a train or a busy public space.

EDITORA KOTEV
**Sintonizada com
o Futuro Digital**



EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

CONHEÇA A EDITORA KOTEV. VISITE NOSSA HOME PAGE: <http://kotev.com.br/>